

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC PAULO FABRICCIO CARDOSO GARCEZ

INTERVENÇÃO MILITAR E HUMANITÁRIA NA LÍBIA:
Sem a Primavera Árabe não seria possível utilizar a doutrina R2P para
ampliar a Globalização do *Core* no MENA

Rio de Janeiro

2020

CC PAULO FABRICCIO CARDOSO GARCEZ

INTERVENÇÃO MILITAR E HUMANITÁRIA NA LÍBIA:

Sem a Primavera Árabe não seria possível utilizar a doutrina R2P para
ampliar a Globalização do *Core* no MENA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (Ref-FN) José Claudio da
Costa Oliveira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

À minha esposa, Poly Ana, e às minhas filhas, Ana Letícia,
Mariana e Luiza, quatro razões do meu viver,
as quais pacientemente apoiaram-me e
incentivaram-me durante todo o curso.

AGRADECIMENTO

A Deus pelos dons da vida e da inteligência a mim concedidos, porque sempre estive ao meu lado, conduzindo meus passos onde quer que fosse, porque sempre atendeu às minhas preces e pelas pessoas maravilhosas que colocou em minha vida que citarei a seguir.

À minha avó materna, Joana (em memória), que nas ausências da labuta diária exigidas aos meus pais velou por mim com carinho, amor e dedicação, fisicamente até meus dois anos de idade, mas que sempre estará espiritualmente comigo.

À minha avó paterna e madrinha, Terezinha, que com seu exemplo de fé e de vida orientou meus primeiros passos na caminhada católica cristã e se fez presente nos momentos decisivos da minha vida.

Aos meus pais que me transmitiram os valores de conduta mais dignos que se pode ensinar aos filhos, dentre os quais tenho diuturnamente repassado às minhas filhas com muito orgulho e satisfação, e me deixaram a maior herança que um filho pode receber de seus pais: Educação.

Aos meus irmãos, Andrey e Rodrigo, merecedores de minha admiração, inspiraram-me na busca de meus ideais, pelo incentivo e ajuda incondicionais, e pelos seus exemplos de conduta ilibada, hombridade e dignidade humana.

Ao meu orientador, CMG (Ref-FN) Oliveira, por seus valiosos conselhos e suas oportunas observações, os quais contribuíram para a qualidade desta pesquisa.

Aos meus companheiros da “Turma Almirante Soares Dutra”, pelo irrestrito e fraterno incentivo durante toda a nossa jornada.

“Há um antigo ditado que diz que se tudo o que você tem é um martelo,
o mundo inteiro começa a se parecer como pregos.”

Thomas P. M. Barnett (1962 -)

RESUMO

O propósito da pesquisa é verificar porque os Estados Unidos da América intervieram na guerra civil da Líbia em 2011. Com o apoio de duas teorias do campo da Geopolítica as quais tratam: da divisão do mundo em regiões integradas (*Core*) e não integradas (*Gap*) em torno da globalização e dos desafios dos países ocidentais de prevenir ações indesejadas de países desconectados dos preceitos da globalização, segundo BARNETT (2004), e sobre a controversa intervenção militar e humanitária da Organização das Nações Unidas, segundo SENSINI (2016), nas quais ambas serão confrontadas com a realidade observada na guerra civil da Líbia após a Primavera Árabe. A análise de um breve contexto histórico, geográfico e político da relação entre os principais países ocidentais e a Líbia durante um século e a avaliação das relações internacionais entre os EUA e a Líbia serão imprescindíveis para verificar se uma intervenção militar e humanitária externa era necessária para estabilizar e trazer a paz àquele país. Concluiu-se que as condições observadas na Líbia não se mostravam favoráveis a uma intervenção externa, mas os EUA o fizeram com base na doutrina R2P, a partir dos movimentos populares de insatisfação com o governo que acometeram os países do Oriente Médio e Norte da África, a qual se mostrou como a porta de entrada ao imperialismo do *Core* e à preservação dos seus interesses nacionais de segurança e de recursos energéticos.

Palavras-chave: Guerra civil da Líbia. Muammar Gaddafi. Globalização. Doutrina R2P. Intervenção militar e humanitária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Mapa de localização da Líbia	56
Figura 2	–	Mapa das regiões tradicionais da Líbia	56
Figura 3	–	Gasoduto submarino <i>Greenstream</i> , Líbia-Itália	57
Figura 4	–	O Novo Mapa Estratégico do PENTÁGONO (<i>Core-Gap</i>)	59
Figura 5	–	Gasodutos e oleodutos <i>onshore</i> e <i>offshore</i> , na Líbia	57
Figura 6	–	Campo petrolífero de Elefante <i>onshore</i> em Fazânia, na Líbia.....	58
Gráfico 1	–	Crises Econômicas Mundiais – Apoio fiscal maior e mais rápido do que em tempo de paz (Gasto Governamental em % do PIB x Tempo em ano).	60

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADM – Armas de Destruição em Massa
- AQIM – *Al Qaeda in the Islamic Maghreb*
- CBL – *Central Bank of Libya*
- CNT – Conselho Nacional de Transição
- CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
- CSONU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
- EUA – Estados Unidos da América
- GCC – *Gulf Cooperation Council*
- GMMR – *Great Man-Made River*
- IMINT – Inteligência de Imagens
- IAEA – *International Atomic Energy Agency*
- LIA – *Libyan Investment Authority*
- LIFG – *Libyan Islamic Fighting Group*
- MENA – *Middle East and North of Africa*
- NOC – *National Oil Company*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RCC – *Revolutionary Command Council*
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	9
2 – A RELAÇÃO DOS PAÍSES OCIDENTAIS COM A LÍBIA.....	12
2.1 – O domínio italiano de 1911 a 1943.....	12
2.2 – A influência do Reino Unido entre 1943 e 1969.....	15
2.3 – Do golpe militar até a Primavera Árabe – Confronto com os EUA.....	17
3 – A INTERVENÇÃO MILITAR EM NOME DA GLOBALIZAÇÃO.....	26
3.1 – O modelo teórico de Thomas P. M. BARNETT – (<i>Core-Gap</i>).....	27
3.2 – A ameaça dos desconectados – Primeiro o Iraque, depois a Líbia.....	34
3.3 – A Intervenção Militar na Líbia.....	37
4 – A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NA LÍBIA.....	39
4.1 – A Responsabilidade de Proteger a Líbia.....	40
4.2 – A teoria de Paolo SENSINI – <i>Sowing Chaos: Libya in the Wake of Humanitarian Intervention</i>	41
4.3 – Possíveis interesses dos EUA na Líbia, por trás da Intervenção Humanitária.....	46
5 – CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO A – MAPAS DA LÍBIA.....	56
ANEXO B – GASODUTO E OLEODUTO.....	57
ANEXO C – MAPA DO CORE-GAP.....	59
ANEXO D – GRÁFICO.....	60

1 – INTRODUÇÃO

Pouco antes do ataque anglo-francês, o governo da Líbia havia anunciado um projeto habitacional assistido para o qual os investimentos totalizariam aproximadamente 24 bilhões de dólares (647.000 novas casas em todas as zonas de um país de cerca de 6 milhões de habitantes). Após os ataques, para a infelicidade da população, o projeto foi abandonado.

Um mês após o início da intervenção humanitária na Líbia aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) por meio da resolução 1973, a qual autorizou a comunidade internacional a estabelecer uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e a usar todos os meios necessários, exceto a ocupação estrangeira, para proteger os civis, Paolo SENSINI testemunhou o resultado preliminar de uma operação que tinha a pretensão de livrar a população das “atrocidades” de Muammar Gaddafi, mas que só trouxe àquele país violência, desinformação e muita confusão. E quando SENSINI foi levado a um grande complexo residencial para encontrar os chefes tribais de Warfalla e apurar quais eram as perspectivas da Líbia, registrou a indignação das várias pessoas por onde andou

Onde quer que estivéssemos, em Trípoli ou nos subúrbios de Trípoli, as pessoas que conhecíamos queriam saber: “Por que a França, o Reino Unido e os Estados Unidos da América estão nos bombardeando? Que mal lhes causamos? Por que a Itália assinou um tratado de amizade, sem agressão com a Líbia, e depois fez isso conosco?”. Eles tinham todo o direito de fazer essas perguntas. No entanto, se olharmos para o histórico da conduta do Reino Unido e dos Estados Unidos da América nos últimos anos, as perguntas são ingênuas. As respostas estão sob nossos narizes¹. (SENSINI, 2016, p. 130, tradução nossa).

Essas pessoas não tinham ideia de que o seu futuro seria manchado de sangue em uma guerra civil que já se arrasta por quase dez anos e está longe de encontrar uma solução.

O propósito do presente trabalho é responder ao seguinte questionamento: Por que os Estados Unidos da América (EUA) intervieram na Líbia após as manifestações da

¹ No original: “Wherever we were, in Tripoli or in Tripoli’s suburbs, the people we met all wanted to know, “Why are France, Britain and America bombing us? What harm have we done to them? Why did Italy sign a non-aggression friendship treaty, with Libya, and then do this to us?”. They had every right to ask these questions. However, if we look at the record of the conduct of Britain and the United States over the few years, the questions are naive. The answers are under our very noses.”.

Primavera Árabe? Em que pese as conclusões parciais e a final, este trabalho tem a pretensão de confrontar a decisão de intervenção dos EUA na Líbia em 2011 com elementos das teorias de Tomas BARNETT (2004) que diz respeito à tese no campo estratégico que trata das regiões integradas e não integradas em torno da globalização e dos desafios dos países ocidentais de prevenir ações indesejadas de países desconectados dos preceitos da globalização e de Paolo SENSINI (2016) sobre a controversa intervenção militar e humanitária na Líbia sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011.

Ao posicionar um prisma sobre a referida intervenção de acordo com os pressupostos teóricos propostos por BARNETT e SENSINI com a certeza de que a resposta para esse questionamento não é tão simples e está relacionada com os interesses nacionais e econômicos dos EUA. O estudo estará limitado ao ano de 2011, porém, para um melhor entendimento das causas que deflagaram o conflito armado, objeto deste trabalho, abordaremos o período que vai de 1911, domínio da Líbia pela Itália, até 2011, quando o Conselho Nacional de Transição (CNT) por meio dos rebeldes encontraram e mataram Gaddaf no mês outubro, aquinhoando valor à compreensão da situação contemporânea.

Para alcançar o objetivo proposto, o desenho de pesquisa empregado foi o confronto entre teoria e realidade, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo está organizado como um trabalho acadêmico de dissertação e busca amparo em duas teorias que pertencem ao campo da geopolítica e das relações internacionais. Para responder à questão proposta, assumiremos duas hipóteses de pesquisa, para que ao final do estudo, possamos verificar a validade de cada uma delas. Para tanto, as hipóteses são estas: Hipótese I – Intervir na guerra civil da Líbia condizia com os interesses nacionais dos EUA; e Hipótese II – Existiam as condições necessárias para que os EUA decidissem pela intervenção na guerra civil da Líbia. O desenvolvimento da pesquisa será apresentado em cinco capítulos.

Após esta introdução, o capítulo dois apresentará uma breve contextualização histórica, geográfica e política com o intuito de analisar as interações entre os principais países ocidentais e a Líbia ao longo de um século, desde a ocupação italiana (1911) até a intervenção da ONU (2011). Ao final do capítulo espera-se ter uma avaliação das relações internacionais entre os EUA e a Líbia para posteriormente verificar se uma intervenção militar e humanitária externa era mesmo necessária para estabilizar e trazer a paz àquele país.

No terceiro, o modelo teórico *Core-Gap* de Tomas BARNETT será apresentado e dele serão extraídos os elementos que, posteriormente, confrontar-se-ão com a realidade encontrada no cenário da Líbia em 2011. O resultado dessa confrontação será verificar a hipótese I: Intervir na guerra civil da Líbia condizia com os interesses nacionais dos EUA?

O quarto capítulo apresentará a teoria de Paolo SENSINI desenvolvida no seu livro *Sowing Chaos: Libya in the Wake of Humanitarian Intervention* e extrairá dela questionamentos e elementos de interesse ao presente estudo para confrontá-los com a realidade observada na Líbia em 2011. O confronto verificará a hipótese II: Existiam as condições necessárias para que os EUA decidissem pela intervenção na guerra civil da Líbia?

No quinto e último capítulo apresentaremos as avaliações e conclusões da presente pesquisa e uma sugestão de encaminhamento para trabalhos futuros.

2 – A RELAÇÃO DOS PAÍSES OCIDENTAIS COM A LÍBIA

Este capítulo apresentará um breve contexto histórico, geográfico e político sobre a relação entre a Itália, o Reino Unido, os EUA e a Líbia, país localizado no norte da África e banhado pelo Mar Mediterrâneo (figura 1). O país possui três regiões tradicionais: Tripolitânia, Fazânia e Cirenaica (figura 2).

2.1 – O domínio italiano de 1911 a 1943

Após a Guerra Ítalo-turca de 29 de setembro de 1911 até 18 de outubro de 1912, entre o Império Otomano e o Reino da Itália pela posse da Líbia, a Turquia renunciou seus direitos sobre a Líbia em favor da Itália no Tratado de Ouchy, e cuja soberania foi reconhecida pelas grandes potências: Rússia, Áustria, Alemanha, Reino Unido e França.

Por outro lado, as tribos sanussis² que lideraram a resistência líbia contra a Itália, além de não reconhecerem a soberania, provocaram diversos embates contra a Itália, por meio da divisão de suas forças em pequenos grupos e adoção de táticas da guerra de guerrilha, e recuperaram, com a ajuda (em termos de armas, equipamentos e treinamento militar) da Turquia e Alemanha após a declaração de guerra italiana em 21 de agosto de 1915, o controle de quase todo o território durante a Primeira Guerra Mundial (1ªGM) (1914-1918), exceto alguns portos, localizados no Golfo de Sirte ou de Sidra (SENSINI, 2016, p. 26).

A reconquista da Líbia só foi possível pós 1ªGM, mediante acordo com Sanussis. Os Otomanos persuadiram Ahmad al-Shariff, na Cirenaica, a atacar forças britânicas no Egito, obrigando-o a transferir a liderança das tribos sanussis ao seu primo, Sayyid Muhammad Idris Al-Sanusi (1951-1969), neto do Grande Sanusi, que não cumpriu seus deveres políticos e se opôs à campanha contra o Reino Unido, com quem estabeleceu uma aliança por décadas.

2 Sanussi ou senussi é a invenção de uma seita ou ordem, da religião islâmica, mítica, missionária e militante da irmandade *tarikha* pertencente a escola *Maliki* fundada em 1837, no Monte Abu Qubais (localizado na Península Arábica nas vizinhanças de Meca), por Sayyid Muhammad ibn Ali as-Senussi (1787-1859), conhecido na Líbia como o Grande Sanussi, descendente de Fátima, filha do Profeta do Islã, o qual provavelmente desenhou várias tribos locais, com foco nas práticas e nos preceitos islâmicos, e se estabeleceu na região da Cirenaica a partir de 1843 (SENSINI, 2016, p. 18).

Muhammad Idris, que era considerado pelos Beduínos³ da Cirenaica seu porta-voz, iniciou, por intermédio do Reino Unido em julho de 1916, as negociações com os italianos que culminou no acordo de Bur ‘Akrama (ou Acroma) de abril de 1917, no qual os Sanussis tornavam-se administradores autônomos de toda a Cirenaica, com exceção da faixa costeira. Após esses acordos que representaram uma grande vitória política sobre o primo que abandonou a Líbia, sua alteza Idris foi intitulado al-Amir⁴ al-Sanusi, não possuía mais rivais e seguiu consolidando seu poder como Grande Sanussi até 1923, quando a Itália anulou os acordos prévios e, por meio da força, restaurou o direito de soberania sobre toda a Cirenaica.

A contenda estava praticamente finalizada em Tripolitânia, mas ambos os lados, italianos e rebeldes líbios tiveram que encarar a fome, provocada pela pilhagem da intensa campanha de guerra submarina alemã e pela política de terra arrasada imposto pela Itália para forçar a capitulação dos árabes até que finalmente, italianos e chefes árabes entrassem em acordo para que os cidadãos italianos passassem a tomar parte do governo em assuntos públicos e da administração do território de forma ampla e sob os termos de liberdade civil, pelo menos por dois anos, até que o real plano de dominação se tornasse claro em julho de 1921 quando Giuseppe Volpi (1877-1947) foi nomeado Governador de Tripolitânia e determinou a ocupação da Marina em Misurata que provocou ressentimento naquela região.

Não havia uma política de colonização na era fascista de Mussolini (1883-1945), nada diferente dos seus antecessores nem a “nova Itália” buscava acordos com seus inimigos. A nova força foi comprada, construída quase inteiramente de mercenários da Eritreia, Etiópia, Sudão, Iêmen e própria Líbia. Então, entre 1923 e 1932, a Itália colocou em prática as lições políticas e militares aprendidas durante a 1ªGM, e reconquistou primeiro a Tripolitânia, depois

3 São um povo nômade que vive nos desertos do Oriente Médio e do norte da África. Representam cerca de 10% dos habitantes do Oriente Médio e têm o nome derivado das palavras árabes al bedu (“habitantes das terras abertas”) ou al beit (“povo da tenda”) (Revista Superinteressante, 2011).

4 Amir é a forma erudita de emir, o qual significa chefe do mundo árabe ou o nome igualmente dado aos descendentes de Maomé. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/emir/>>. Acesso em 20 de mar. 2020.

Fazânia e por último a Cirenaica, mantendo pois a mesma divisão e denominação turco-otomana, aumentando o prestígio nacional e internacional do líder fascista.

Depois da derrota sangrenta do movimento rebelde líbio anti-italiano, a Líbia foi transformada. Doravante, a colônia de exploração entraria em acordo com seus colonizadores. Essa nova fase foi inaugurada por Italo Balbo, a quem se remete a *Litoranea Via Balbia*, primeira grande autoestrada construída na África, que liga a Cirenaica à Tripolitânia, dentre várias obras públicas importantes ao desenvolvimento da Líbia, durante o seu mandato, e que marcaram a nova abordagem de colonização. Por sua vez, os colonos, em sua maioria, eram fazendeiros provenientes do norte da Itália, com intuito de ocupar massivamente o território líbio, e não apenas no litoral como se fosse mera extensão do litoral italiano, também munidos de armas como se fossem soldados italianos (tropas rurais) dispostos a proteger o território italiano. Mussolini se auto denominou “o protetor do Islã” em Trípoli, iniciativa envolta de grande simbolismo, em uma época cujo pico de esforço para a colonização, foi marcado pela chegada de 30.000 novos colonos às praias líbias entre 1938 e 1939 (SENSINI, 2016, p. 35).

Todavia, a expansão colonizadora rumo ao interior da Líbia foi interrompida quando a Itália entrou na Segunda Guerra Mundial (2ªGM) (1939-1945), por que a Líbia estava entre a Tunísia, colônia francesa, e o Egito, colônia britânica. Em 28 de junho de 1940, Balbo morreu acidentalmente quando o avião em que estava viajando foi atingido por uma bateria anti-aérea italiana em Tobruque, após ser confundido com um bombardeiro britânico.

Em seguida, o gen. Rodolfo Graziani (1882-1955) assumiu o Governo Geral da Líbia e Comando de Área das Forças do Norte da África, tendo sido derrotado em seu primeiro grande desafio contra o Reino Unido no Egito a 5 de fevereiro de 1941. Com efeito, o 10º Exército italiano foi derrotado pelo Reino Unido, acarretando a perda da Cirenaica e vários danos durante as ofensivas ítalo-germânicas e as contraofensivas e ocupação britânicas

naquela região. As diversas perdas do Eixo fizeram com que forças italianas e alemãs retraíssem da Líbia em novembro de 1942, antes da ocupação pelo 8º Exército britânico sob o comando do gen. Bernard Law Montgomery (1887-1976). Após a segunda batalha do El Alamein, tudo foi perdido. O gen. Erwin Rommel (1891-1944), comandante das tropas italianas e alemãs, resistiu com tudo o que podia durante três semanas, entretanto, perdeu toda a Cirenaica e a maior parte da Tripolitânia, e por fim retirou-se de Trípoli em 20 de janeiro de 1943, finalizando o breve período imperial italiano de pouco mais de trinta anos de ocupação.

2.2 – A influência do Reino Unido entre 1943 e 1969

Com o término da 2ªGM, a *British Military Administration* supervisionando as regiões da Cirenaica e Tripolitânia partiu para o projeto de unificação da Líbia, em torno do Emir Sayyid Muhammad Idris (reconhecido líder dos Sanussis), como solução viável na Cirenaica porque não havia outra liderança política à altura do Grande Sanussi para disputar o leste da Líbia. O difícil mesmo seria estabelecer a soberania de Idris sobre as demais regiões.

Após a implementação da Assembleia Geral da ONU (1946), a resolução nº 289⁵ de 21 de novembro de 1949 reforçou o direito à soberania e à independência, citando as ex-colônias italianas (ONU, 1949). Assim, a 29 de março de 1951, a Líbia foi o primeiro governo federal a candidatar-se e em 07 de outubro desse ano a assembleia constituinte aprovou os 12 capítulos da Constituição da Líbia, tendo se declarado um Estado independente e soberano, governado por uma monarquia hereditária e parlamentarista, conhecido como Reino Unido da Líbia e formado pelas regiões da Cirenaica, Tripolitânia e Fazânia.

O “intocável” rei Sayyid Muhammad Idris al-Mahdi al-Sanusi que agiria por meio de seus ministros, os quais sustentariam o peso da responsabilidade de suas próprias decisões, estabeleceu acordo com o Reino Unido, antes de receber o poder sobre a mais recente monarquia e tornar-se o chefe do Estado e comandante das Forças Armadas da Líbia, para em

5 Também recomendava que a independência da Líbia fosse realizada até 01 de janeiro de 1952 (ONU, 1949).

seguida transmitir, de al-Manar (palácio onde residia o ex-Governador Geral Rodolfo Graziani), a declaração de independência, simultaneamente a Bengasi, Trípoli e Saba.

Entretanto, a independência *pro forma* e sem engajamento da população, diferente do que ocorreu entre os países vizinhos cuja independência veio em meio a lutas e revoltas internas, acarretou irreversíveis mudanças de profundo significado na vida dos líbios, pois o controle político e militar sobre a Líbia, ainda permanecia sob a supervisão do Reino Unido.

Depois da 2ªGM, com a permissão do Reino Unido em setembro de 1954, os EUA ocuparam a Base Aérea de Wheelus, próximo a Trípoli, até fevereiro de 1970 a fim de treinar pessoal militar e apoiar a estratégia estadunidense no Mar Mediterrâneo contra a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto os britânicos ocuparam bases militares em El Adem, próximo de Tobruque e da fronteira com o Egito.

No final da década de 1950, um grande campo petrolífero foi descoberto em Zaltan, Cirenaica. Então, a petrolífera Esso (atual Exxon Mobil), sob o comando da família Rockefeller comercializou cerca de 17 mil barris de petróleo/dia. Daí por diante, o ritmo de prospecção acelerou, e para atender a vazão, enormes campos petrolíferos foram concedidos às gigantes do setor como Royal Dutch Shell group, Amerada and Continental (Oasis group), Gulf Oil, Texas Company Petroleum (atual Chevron) e American Overseas of Petroleum, assim como às companhias menores, como as italianas: CORI (Compagnia Ricerca Idrocarburi), AGIP (Azienda Generale Italiana Petroli, group), e a AMI (Ausonia Mineraria).

Carregados com o petróleo da Líbia, navios como o Esso-Canterbury abasteciam os mercados ocidentais, após desatracarem do porto de Brega, dedicado a apoiar o terminal petrolífero com 160 Km de oleoduto. Inesperadamente, a Líbia tornou-se um país rico. Em 1968, a monarquia Líbia, sob a sombra britânica, emitiu 137 concessões a 39 companhias petrolíferas e a produção total cresceu para 2,6 milhões de barris/dia (SENSINI, 2016, p. 40).

Notamos que a colonização britânica não alterou a estrutura econômica do país, mas contribuiu para melhorar a infraestrutura, como construção de estradas e fornecimento de água às cidades. Entretanto, o desequilíbrio social, político e econômico resultante da exploração do petróleo, que não beneficiava a população, provocou a desestabilização da sociedade líbia e constituiu o principal fator para a derrubada das instituições nacionais e da ordem política que só beneficiavam uma minoria interna e petrolíferas estrangeiras.

Até quando o regime, no qual se encontrava em uma situação crítica e prestes a cair, do rei Idris submetido ao acordo imposto pelos britânicos poderia ser postergado?

2.3 – Do golpe militar até a Primavera Árabe – Confronto com os EUA

Um grupo formado por militares jovens denominados (Oficiais Sindicalistas Livres), quase todos originários da região rural e pobre, sob a liderança do Capitão Muammar Gaddafi (1942-2011), de 27 anos, depuseram o rei Idris do governo da Líbia.

Para ajustar as operações, vários encontros foram realizados em Trípoli e Abano Terme, norte da Itália; e entre 24 e 27 de agosto de 1969, os detalhes finais da conspiração.

De acordo com o Rosario Priori, magistrado italiano

Eu acredito que os italianos tiveram uma participação nisso. Tão logo, Gaddafi supôs-se poderoso para uma parada triunfal, nós imediatamente lhe enviamos navios carregados com tanques, com divisões militares completas, de cada ponto de enfraquecimento das nossas próprias fronteiras nacionais [...] nós sabíamos sobre o petróleo e que os campos eram imensos. A Líbia era uma proposta tentadora. Constituíam uma reserva estratégica, abastecendo o nosso desenvolvimento econômico. [...] Os líbios imediatamente fecharam as bases britânicas e estadunidenses [...] e a Itália imediatamente tornou-se o maior parceiro econômico de Gaddafi. (SENSINI, 2016, p. 43, tradução nossa).

No dia seguinte ao *coup d'état*, Gaddafi transmitiu, via rádio, um pronunciamento diretamente de Bengasi, no qual declarava que o antigo regime havia terminado e que a Líbia

6 No original: “I believe that the Italians had a hand in it. As soon as Gaddafi assumed power, for a triumphal parade, we immediately sent him ships loaded with tanks, entire divisions, even to the point of weakening the national defences of our own borders [...] we knew about oil and we knew that the fields were immense. Libya was a tempting proposition. It constituted a strategic reserve, fuelling our economic development. [...] Libyans immediately closed the British and American bases and expelled the personnel [and] Italy immediately became Gaddafi’s biggest economic partner”.

tornava-se uma República Árabe. O rei Idris soube do golpe na Turquia, quando se submetia ao tratamento de saúde. Não havia outra escolha senão a de renunciar ao governo.

Gaddafi era um admirador de Abdel Nasser⁷ (1918-1970), logo tornou-se coronel e Comandante Supremo das Forças Armadas. Com isso, iniciou a estatização e nacionalização das empresas estrangeiras que operavam no país, tais como bancos e petrolíferas.

O pagamento dos *royalties* de petróleo foram logo ignorados, assim como o salário dos trabalhadores do setor petrolífero do país. Foi o primeiro passo em direção a estratégia descrita por ele para o uso do petróleo como sua “arma política”.

O movimento revolucionário não aceitaria militares estrangeiros, imperialistas e intrusos da base britânica, em Cirenaica, e da estadunidense, em Tripolitânia, vitória do governo líbio alcançado em 30 de junho de 1970. Nos anos seguintes, o *Revolutionary Command Council* (RCC) nacionalizou ativos e interesses das nove maiores petrolíferas estadunidenses que operavam na Líbia, integrando e transferindo-as para a *National Oil Company* (NOC), controlando uma das preocupações do Estado líbio.

Alguns temas ou princípios sustentaram a revolução e dominaram o pensamento de Gaddafi e do RCC: a Liberdade, para contrapor os incontáveis anos de dominação líbia por diversos povos estrangeiros; o “Socialismo Islâmico”, junção do socialismo, cuja ótica é bem diferente da ocidental, por levar em consideração o sentimento religioso e respeitar o direito à propriedade privada, com o islâmico, a fim de preservar a sua identidade junto a autoridade Sanussi de profundas raízes islâmicas e capilaridade junto a população, porque ao conseguir instituí-lo, conseguiria alcançar e ajudar todo o país; a Unidade, para que todos os esforços da revolução levassem à unidade árabe, para o qual toda a energia viesse convergir a fim de alavancar interesses internacionais líbios na região, mas nenhum dos projetos (Companhia de

⁷ Com a formação de Israel em 14 de maio de 1948, o pan-arabismo – luta para unir povos árabes num Estado árabe independente – centrou-se na luta pela expulsão dos sionistas da Palestina. Nasser tentou criar o embrião desse Estado com a união entre Síria e Egito, mas fracassou em 1961 (MAGNOLI, 2006, p. 436).

Investimentos Árabes da Líbia⁸, uma nova União Árabe-Africana⁹, Organização Regional de Comunicações por Satélite da África¹⁰, criação de um mercado comum africano e do “dinar de ouro”¹¹ para alinhar os países árabes com os Estados Unidos da África anunciado antes dos ataques de 2011) tentados por Gaddafi obtiveram êxito; e a Luta contra as influências ocidentais dentro do mundo árabe e, particularmente, contra o Estado de Israel.

Em meados de 1970, o RCC emitiu leis ordenando confiscar ativos e propriedades de italianos, com posterior expulsão do país. Tais ações provocaram o êxodo relutante de cerca de 20.000 italianos, dos quais 500 obtiveram o visto de “bons” residentes e a autorização para ficar, o que contribuiu para o reingresso de 16.000 italianos até 1978.

Apesar dessas idas e vindas, as relações internacionais entre Roma e Trípoli, guardadas as ressalvas de interesses políticos e econômicos, permaneceram discretamente sólidas. Esse retrato encontra sustentação no fato de, por exemplo, a companhia de petróleo italiana multinacional, ENI (Ente Nazionale Idrocarburi), ter criado uma *joint venture*¹² com a Líbia, em parceria e em condições mútuas de igualdade, causando a preocupação das potências ocidentais, estadunidense e britânica, serem preteridas. A Companhia SNAM Progetti construiu a primeira grande refinaria de petróleo da Líbia, localizada em Trípoli (capaz de operar em torno de 2 milhões de toneladas) acordo (SENSINI, 2016, p. 47). Com efeito, essa estreita relação trouxe, a reboque, várias companhias italianas de diversos setores

8 Investiu recursos em 25 países (22 subsarianos) com a intenção de planejar o crescimento dos setores de recursos minerais, turismo e telecomunicações, como parte dos esforços para criar um único bloco político e econômico no continente africano (SENSINI, 2016, p. 156).

9 Instou os Estados Árabes e se unirem à União Africana, que também seria aberta ao Irã (SENSINI, *loc. cit.*).

10 Alavancar o plano estratégico para a África com investimentos líbios para a construção de satélites de telecomunicações diminuindo em 20% os custos exorbitantes (cerca de \$ 500 milhões) e a dependência dos serviços estrangeiros. O satélite RASCOM-1 foi lançado em 26/12/2007 (SENSINI, 2016, p. 158) e o RASCOM-1R, contendo melhorias, foi lançado em 03/08/2010 de acordo com: <https://www.satbeams.com/satellites?norad=36831>. Acesso em 30 maio 2020.

11 Investiu em órgãos financeiros instituídos pela União Africana: Banco de Investimento da África (Trípoli), Fundo Monetário Africano (Yaoundé) e Banco Central Africano (Abuja) a fim de contribuir para a independência financeira da África e estímulo ao comércio para a criação do mercado comum com moeda própria para estabilidade financeira, progresso econômico e se livrar do franco (SENSINI, 2016, p. 159).

12 *Joint venture* ou empreendimento conjunto é uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s) sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica (MODESTO, 2008, p. 1).

e com o ritmo dos negócios crescendo, a ex-colônia foi se tornando um dos principais parceiros comerciais da Itália, provocando perdas econômicas aos EUA.

A partir de 1973, Gaddaf foi instituindo aos poucos um conjunto de ideias de seu programa político radical dividido em três partes dedicadas à política, economia e sociedade, mas só em 1979 foram consolidadas na obra conhecida como *JAMAHIRYYIA*, o Livro Verde.

O movimento revolucionário líbio foi implementando esse conjunto de medidas radicais na direção de confiar ao Estado o gerenciamento de todas as atividades econômicas. Entretanto, a implementação do *JAMAHIRYYIA* foi baseado no exercício do direito democrático diretamente pelo povo. Segundo SENSINI (2016, p. 47), o Livro Verde descreveu a Terceira Teoria Universal, na qual Gaddaf viu como uma alternativa entre o Capitalismo e o Socialismo. Esse livro apareceu em um tempo crucial para o jovem Estado e logo se tornou uma referência ideológica para se fazer política interna e externa.

Gaddaf propôs que o Estado líbio fosse governado diretamente pelos cidadãos sem a intervenção de intermediários, cujas diretivas refletiam a desconfiança profundamente arraigada dos partidos políticos, governo representativo e instituições burocráticas, como barreiras a participação do povo, fornecendo diversas justificativas às várias iniciativas econômicas, políticas e sociais. Assim, apresentou *JAMAHIRYYIA* como “o poder do povo” ao substituir a representatividade pela consulta popular objetivando a política comunitária¹³.

Um dos mais famosos princípios do Livro Verde era o sistema de parceria em substituição ao sistema salarial. O *JAMAHIRYYIA* estabelecia que nenhuma das empresas públicas ou privadas poderia empregar “assalariados”, porque tais relações levavam a completa “exploração do homem pelo homem” (SENSINI, 2016, p. 49).

13 Dentro da comunidade, os recursos nacionais seriam administrados por meio de um sistema de assembleias e comitês populares, cada um deles lidando com setores da administração do Estado e permitindo maior participação popular como o *bottom-up*, e não o tradicional *top-down* (SENSINI, 2016, p. 50).

Esse livro deveria se tornar um guia da sociedade e suas ideias deveriam implicar no uso racional das riquezas nacionais de maneira justa e igualitária, sendo estabelecidas quando as pessoas não dependessem mais economicamente das outras, ou seja, quando não houvesse mais a exploração do trabalho, fortalecendo e unindo o povo em torno do governo

Este novo sistema de governo político – com o emprego de aproximadamente 1000 representantes em âmbito nacional – foi finalmente criado em 1977. Em 2 de março, no dia do começo, em Saba, Gaddafi anunciou que “a era das massas” tinha iniciado (de raiz Árabe *ja-m-ha-ra* significa “para se reunir juntos ou convocar uma multidão”); ele assim cunhou o termo *Jamahiryia*, o qual nós podemos traduzir como “Estado das massas”. À Líbia, ele exortou, *Al-Jamahiryia al-Libiyya ash-Sha’biyya al Ishtirakiyya* (o “*Jamahiryia* Árabe Socialista do Povo Líbio”)¹⁴. (SENSINI, 2016, p. 50, tradução nossa).

Sem estar submetido a poderes formais, Gaddafi conseguiria focar nas necessidades materiais da população, na ampliação do processo de distribuição da indústria de petróleo, prolongar seu governo e evitar a formação de aliança entre políticos capaz de destabilizar a existência da estrutura de governo concebida por ele.

A economia da Líbia se mostrou claramente uma das mais prósperas e desenvolvidas da África e, em termos de padrão de vida, ocupou o topo entre os países árabes do Oriente Médio. Os fatores de estabilidade sócio-econômicos, complementados por carisma e habilidades pessoais de um discurso mítico e retórico, contribuíram para perpetuar a liderança de Gaddafi por mais de quatro décadas a frente do país, e pode ser traduzida em números ao comparar a renda *per capita* da Líbia, a qual atingiu a notável marca de cinco vezes maior do que todos os países árabes juntos no fim da década de 1970 (SENSINI, 2016, p. 55). Além disso, o PIB *per capita* da Líbia foi um dos maiores da África e o maior do norte da África, dobrando ou triplicando confortavelmente o de seus vizinhos (Líbia \$ 18.700, Tunísia \$ 8.621, Argélia \$ 8.270, Egito \$ 5.912, Marrocos \$ 4.796). (SENSINI, 2016, p. 140).

14 No original: “This new system of political government – with the employment of nearly one thousand representatives nationwide – was finally set up in 1977. On 2 March 2 at Sabha, on the day of inception, Gaddafi announced that “*the era of the masses*” had begun (from Arabic root, *ja-m-ha-ra*, meaning “to gather together or convene a multitude”); he thus coined the term *Jamahiryia*, which we might translate as “State of the masses”). He called Libya, *Al-Jamahiryia al-Arabiyya ash-Sha’biyya al Ishtirakiyya* (the “Socialist People’s Libyan Arab Jamahiryia”).”

Uma pequena, mas muito determinada, parcela da sociedade líbia detestava Gaddaf. Os clérigos islâmicos perderam suas prerrogativas políticas e econômicas, adquiridas depois de várias décadas com o rei Idris, após tomada do poder por Gaddaf e a implementação do conjunto de ideias constantes do Livro Verde. A oposição Islâmica foi fomentada pela *Muslim Brotherhood* de Osama bin Laden sendo as cidades Derna e Bengasi, associadas a militância sanussi, áreas em onde ocorreram choques tribais e religiosos após 1969.

No decorrer dos anos, com a influência de bin Laden, o corredor Benghazi-Derna-Tobruk na Líbia se estabeleceu como uma das áreas com as maiores concentrações de terroristas jihadistas¹⁵ do mundo, talvez o principal campo de recrutamento mundial de combatentes *kamikazes*. Derna forneceu combatentes à taxa de um terrorista por 1.500 habitantes. Eles foram enviados para o Iraque para matar tropas estadunidenses. Como “exportadora” de tais combatentes, a área da tríade Benghazi-Derna-Tobruk superou seu principal “rival”, Riade (Arábia Saudita), de acordo com SENSINI (2016, p. 90).

O traço característico da guerrilha presente na Guerra do Iraque (2003-2011) contra os EUA foi a avidez por realizar ações suicidas. A entidade que recrutou a guerrilha na Cirenaica estava associada ao *Libyan Islamic Fighting Group* (LIFG), que apareceu primeiramente na Líbia em 1995 durante a tentativa de depor Gaddaf e implementar a *Sha'ria*¹⁶. Em 1996, para frear a influência do LIFG foram apreendidos os seus bens.

O LIFG, de acordo com a inteligência estadunidense, era liderado por Abu al-Laith al-Liby, voluntário afegão que tornou essa associação muito próxima do Osama Bin Laden (1957-2010), sendo o terceiro na hierarquia da al Qaeda. Em 2007, associou-se ao *Salafist Group* e criaram a *Al Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM). Após essa união, seus membros partiram em grande número da Líbia ao Iraque para combater a ocupação dos EUA.

15 Cf. nota 42 do autor.

16 Grupos fundamentalistas islâmicos que pretendem induzir Estados e sociedades, por meios violentos e coercitivos, a apoiar a imposição regras da charia como lei (MINGST, 2014, p. 183 e 478, *passim*).

Os EUA não foram favorecidos devido ao profundo compromisso de Gaddafi em contrariar os interesses ocidentais, em relação ao cenário internacional, demonstrado pelo frequente confronto em assuntos relativos à região. Em contrapartida, os estadunidenses odiavam Gaddafi e o presidente Ronald Reagan, que o denominava de “cachorro louco” (SENSINI, 2016, p. 61), engajou-se repetidamente em atentados secretos para desestabilizar a Líbia, além da desmoralização e demonização da imagem da liderança líbia pela mídia dos EUA com desinformação e manipulação das massas por meio de notícias falsas.

As relações entre Washington e Trípoli pioraram na década de 1980, quando vice-presidente George H. W. Bush (1924-) (*op. cit.*, p. 62) alegou que ações e políticas de governo líbias representavam uma ameaça à segurança nacional e à política externa dos EUA. Com efeito, percebe-se a utilidade da difamação para desgastar e retirar do caminho um adversário estratégico inconveniente em uma disputa de interesses nas relações internacionais.

Em meados de 1981, ocorreu o primeiro incidente sobre o Golfo de Sirte, no qual os EUA abateram duas aeronaves líbias, em consequência de seus exercícios periódicos de livre navegação nesse golfo, reivindicado pela Líbia como Zona Econômica Exclusiva (ZEE), mas consideradas como Alto-Mar pelos EUA, exemplificando pois, a inobservância de quase uma década de discussão e negociações para se chegar ao consenso do novo Direito do Mar, materializado pela CNUDM (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), disponibilizada em 1982 para assinatura, até hoje não aderida nem ratificada pelos EUA.

O segundo incidente sobre o Golfo de Sirte, em 26 de março de 1986, tratou-se da retaliação, por mísseis a alvos líbios, do Presidente Reagan, o qual relatou o ataque de unidades militares por mísseis líbios, entre 24 e 25 de março, longe de ser o último conflito.

Após o ataque terrorista na boate “La Belle” em Berlim Ocidental, imputado à Líbia sem provas segundo o historiador líbio Angelo Del Boca¹⁷, ter provocado a morte de 2

¹⁷ Apud SENSINI (2016, p. 62).

soldados e uma mulher turca, 230 pessoas feridas, sendo 50 funcionários dos serviços militares estadunidenses no início abril de 1986 segundo BYERS (2007, p. 81), surgiu a primeira chance de retirar o “cachorro louco” do caminho e os EUA, em 15 de abril, reagiram bombardeando instalações militares em Trípoli e Bengasi por meio de bomba inteligente ou guiada por *LASER*, onde cerca de 100 pessoas foram mortas, entre elas, Hana’ de 16 anos de idade, uma filha adotiva de Muammar Gaddafi. Mas, o efeito desejado não seria obtido sem o apoio das aliadas França e Espanha (por não estarem convencidas de que o suposto ataque líbio atendia aos critérios da necessidade e proporcionalidade de legítima defesa do direito consuetudinário internacional e por infringir o artigo nº 51 da Carta da ONU de 1945).

De acordo com SENSINI (2016, p. 63), poucas horas depois, a Líbia revidou lançando mísseis Scud-B sobre uma estação de telecomunicações localizada na Ilha de Lampedusa, a qual fazia o controle aerotático entre as aeronaves da Força Aérea dos EUA, oriundas de bases britânicas, e a 6ª Esquadra da Marinha dos EUA no Mediterrâneo, sediada na Itália. O incidente fez com que a Itália criasse, como precaução, um plano operacional para o Estreito da Sicília, chamado *Operazione Girasole*, provocando uma crise séria entre a Líbia e a Itália que só foi superada em 1993, quando foi assinado um acordo de investimento de 5,5 bilhões de dólares entre a NOC e AGIP-ENI para o desenvolvimento de gás natural na região oeste da Líbia, no qual previa a construção de um gasoduto submarino entre as parceiras históricas e, depois disso, estratégicas sem precedência na região conforme ilustra a figura 3.

A mídia internacional nos diz repetidamente que Gaddafi é um terrorista por ter ordenado o atentado ao voo 103 da Pan Am que provocou 270 vítimas fatais (dos quais 189 eram cidadãos dos EUA) em 21 de dezembro de 1988, ao explodir sobre a cidade escocesa de Lockerbie, após ter partido do aeroporto de Heathrow em Londres com destino a Nova Iorque.

Até hoje, restam dúvidas sobre o desfecho das investigações, em meio a alegações e contra alegações, e sobre provas produzidas para incriminar dois agentes do governo líbio, um dos quais foi absolvido por insuficiência de provas. Todavia, a Líbia pagou preço alto com embargo de mais de 10 anos e indenização de cerca de 10 milhões dólares para cada vítima fatal, a fim de cessar com o embargo comercial (SENSINI, 2016, p. 81).

Após uma breve suspensão do embargo em abril de 1999, ele terminou no fim de 2003, após a invasão no Iraque, em virtude do governo líbio mostrar-se interessado em abandonar a busca por Armas de Destruição em Massa (ADM).

Findada a primeira década do presente milênio, uma série de protestos populares contra governos autoritários do *Middle East and North of Africa* (MENA) (PACE e CAVATORTA, 2012, p.7) foram iniciadas a partir do feirante tunisiano Mohamed Bouazizi que ateou fogo em si próprio em protesto contra a crueldade e a corrupção do ditador Zine El Abidine Ben Ali. Em 14 de janeiro de 2011, o presidente da Tunísia, desde 1987, foi obrigado a deixar o cargo e fugir para o exílio. Adicionalmente, em 25 de janeiro, no “Dia da Revolução” vários egípcios tomaram a praça Tahir, no cairo, em oposição a Hosni Mubarak após rompimento de laços entre o governo e a sociedade, cansada por inúmeros anos de controle brutal das forças do Estado, acusações de corrupção e boatos de que Gamal, filho do ditador, o sucederia no comando do Egito. Semanas depois, as ruas foram invadidas por opositores do governo central e em fevereiro Mubarak abdicou.

Impulsionado pela mídia, o movimento popular das massas, posteriormente denominado como “Primavera Árabe”, cresceu e ocasionou conflitos internos em vários outros países árabes (Líbia, Iêmen, Barein, Síria, Sudão, Arábia Saudita e Marrocos).

3 – A INTERVENÇÃO MILITAR EM NOME DA GLOBALIZAÇÃO¹⁸

Seria o prelúdio da nova visão geopolítica anunciada pelo funcionário público do Departamento de Estado (EUA), após a publicação do artigo *The End of History?* de FUKUYAMA (1989) na revista *Nacional Interest*¹⁹, na qual emergia a supremacia unipolar do representante da democracia liberal, vencedor do embate ideológico que permeou as relações internacionais durante 45 anos, em detrimento do marxismo leninismo após o esfacelamento da ex-URSS que marcou o fim da Guerra Fria?

Para o cientista político Samuel Huntington, as ideias de Fukuyama não suscitavam o fim de conflitos na política global nem a substituição do uso da força por mecanismos de resolução de problemas como a cooperação internacional.

Na obra *Clash of Civilization and Remaking of World* de HUNTINGTON (1996), o mundo da Nova Ordem Internacional será: multipolar e multicivilizacional com cooperação, entre unidades de culturas semelhantes, capaz de alterar o *balance of power*, sendo a fonte de conflito entre os estados; e menos pacífico do que o bipolar anterior ao ponto de desafiar a pretensão universalista ocidental e contestar sua superioridade.

Quando a Guerra Fria (1947-1991) terminou, novos desafios surgiram. Para substituir o embate bipolar entre os EUA e a ex-URSS o estrategista Thomas P. M. BARNETT aduziu entre o final da década de 1990 e início do novo milênio, uma nova proposta de geoestratégia que divide o mundo em duas regiões: Centro de Funcionamento ou Centro Funcional (*Functioning Core*) e a Lacuna Não Integrada (*Non-Integrating Gap*), além de abordar os desafios que os países integrantes do centro funcional teriam em conter ou prevenir ações dos países integrantes da lacuna não integrada.

18 Entende-se como o crescimento do fluxo de ideias, bens e serviços entre diferentes países a partir de avanços tecnológicos capazes de unir as pessoas de diferentes regiões por meio de avião, computador, internet e celular e de transformar o transporte, comunicação e comércio em escala global. Foi iniciada no fim do século XV com a expansão marítima comercial europeia e amplamente difundida no pós-Guerra Fria.

19 Apud VESENTINI (2008, p. 63).

3.1 – O modelo teórico de Thomas P. M. BARNETT – (*Core-Gap*)

Na visão de Thomas P. M. BARNETT, o mundo é dividido nestas duas regiões:

- Centro de Funcionamento ou Centro Funcional (*Functioning Core*) – região onde as sociedades são ativamente integradas entre elas e em relação ao centro de funcionamento da globalização²⁰; e
- Lacuna Não Integrada (*Non-Integrating Gap*) – região onde as sociedades são amplamente desconectadas da economia global e do conjunto de regras de estabilidade.

Após a 2ªGM, para melhorar a convivência entre os Estados foi redigida a Carta das Nações Unidas, a qual contempla mecanismos multilaterais para reagir às ameaças de paz. Atualmente, 192 países ratificaram esse tratado que proíbe o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados.

Apesar dos conflitos beligerantes não terem sido extintos, esse tratado contribuiu muito para evitar o confronto direto entre estados membros da ONU. Mas com a divisão do mundo em dois polos durante a Guerra Fria houve vários combates²¹, principalmente no âmbito interno do Estado, em que grupos adversários eram apoiados por um desses polos (EUA e ex-URSS). Durante mais de quatro décadas, o embate entre as estratégias de expansão soviética e a contenção estadunidense protagonizou os conflitos armados ao redor do mundo.

Quando a ex-URSS desmoronou o Pentágono teve dificuldade em encontrar a ameaça relevante capaz de substituir “o par” de oposição de uma estratégia tão coerente quanto a da contenção, bem como de um conjunto de regras para identificar as novas ameaças.

20 Um país ou região está funcionando dentro da globalização, se aceita a conectividade e lida com fluxos de conteúdo associados à integração da nacional e dessa à economia global (BARNETT, 2004, p. 125).

21 Segundo FREUND (1995), tipo de conflito submetido a regras nem sempre regular, pois podem produzir episódios de exacerbação semelhantes a anarquia de uma luta, durante uma batalha. O combate é caracterizado pelo esforço destinado a controlar a violência e a contê-la em certos limites.

Para contornar a busca pelas possíveis ameaças aos interesses dos EUA, BARNETT apelou para identificar os aliados e a abordagem comum entre eles, porque

[...] nossa visão estratégica para segurança nacional precisa focar no crescimento da comunidade de estados que reconheça um conjunto de regras estável considerando guerra e paz, como dentro de “Existirem condições sob as quais é razoável travar guerra contra inimigos não identificáveis por nossa ordem coletiva.” Crescendo essa comunidade de estados afins é simplesmente uma questão de identificar as diferenças entre “bons” e “maus” regimes, e reunindo os primeiros a trabalhar coletivamente para encorajar os segundos a mudar sua maneira, aplicando o poder militar quando a diplomacia por si só não surtir efeito. Mas transformar “maus” estados em “bons” exige que geremos algumas definições amplamente aceitas do que é um “estado bom”, significando que um governo joga pela regra que prezamos – como “Não abrigue terroristas internacionais dentro do seu território” e “Não busque Armas de Destruição em Massa.”²² (BARNETT, 2004, p. 25, tradução nossa).

Auxiliado pelo paradigma globalização, BARNETT desenhou a linha divisória na figura 4 entre aquelas partes do mundo onde suas economias estão ativamente integradas a economia global, ou o que ele chamou de Centro Funcional da globalização (*The Core*), e aquelas outras onde estão falhando para se integrar a comunidade econômica e foram identificados como países que constituem a Lacuna Não Integrada (*The Gap*).

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001²³, tornou-se mais claro que a propagação irregular da globalização ao redor do mundo contribuiu para delinear melhor a fronteira de separação entre os mais conectados e os menos conectados ao *Core*.

O que fazer com o “ocioso” poder militar dos EUA? Sem um adversário capaz de freá-los, poderia ser guiado por uma estratégia capaz de destruir aqueles que travam guerras

22 No original: “our strategic vision for national security needs to focus on the growing the community of states that recognizes a stable set of rules regarding war and peace, as in “These are the conditions under which it is reasonable to wage war against identifiable enemies to our collective order.” Growing that community of like-minded states is simply a matter of identifying the differences between “good” and “bad” regimes, rallying the former to work collectively to encourage the latter to change their ways, applying military power when diplomacy alone does not do the trick. But changing “bad” states to “good” ones requires that we generate some broadly accepted definitions of what a “good state” is, meaning a government that plays by the security rules we hold dear – like “Don’t harbor international terrorists within your territory” and “ Don’t seek weapons of mass destruction.””.

23 Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 foram uma série de ataques suicidas contra os EUA, coordenados pela organização fundamentalista islâmica al Qaeda. inicialmente localizada no Afeganistão, espalhou-se pelo Paquistão, Irã, Indonésia e Iêmen, foi formada por Osama bin Laden no final da década de 1980, entre árabes que combatiam os soviéticos no Afeganistão. Também responsável por atentados na África (1998), Iêmen (2000), Espanha (2004), Reino Unido (2005) e Índia (2006) (MINGST, 2014, p. 295).

contra o *Core*, detentores da conectividade global, e as liberdades de escolha e de acesso (ideia a seguir, onde investir o capital, para onde viajar e qual o entretenimento desejado). Com efeito, os objetivos estratégicos anteriormente utilizados contra a ex-URSS poderiam ser direcionados, no pós-Guerra Fria, para estender a conectividade e a globalização de todas as maneiras possíveis a fim de promover ordem no sistema internacional.

Só que o conjunto de regras para a segurança nacional dos EUA na década de 1990 ainda era aquele fundamentalmente designado para proteger os EUA de outros Estados e respectivos exércitos regulares. Mas agora, as maiores ameaças passaram a vir diretamente de atores não estatais que travavam guerras contra o sistema global fortemente conectado, além de estados governados por um líder autoritário, contrários aos interesses estadunidenses. Ambos situavam-se dentro da Lacuna Não Integrada e constituíam indiretamente uma fonte de ameaça aos EUA como: o grupo al Qaeda e o Iraque de Saddam Hussein (1937-2003).

Entender a natureza da globalização, onde ela está, bem como onde não está, foi o primeiro passo em direção a mapear o ambiente de segurança internacional do século XXI. BARNETT, então, mapeou onde começa e termina a globalização para definir onde seriam os teatros de operações expedicionárias das forças armadas estadunidenses.

A figura 4 nos mostra quais regiões pertencem ao Centro Funcional, dentro do contexto da conectividade da globalização, e quais estão desconectadas desse processo. Onde a globalização é espalhada, encontram-se governos estáveis e cooperativos entre si que não requerem intervenções militares periódicas nem precisam ser ameaçados por essas.

A globalização é uma condição definida por dependência mutuamente assegurada e permite cooperação entre estados. Segundo a teoria de BARNETT (2004, p. 122), para globalizar a economia e a sociedade de um país, deve-se aceitar que o mundo remodele seu futuro o mais distante que puder e possivelmente esperar pelo retorno do mundo.

A razão de os EUA estarem confortáveis com o conjunto de regras de emergência global é porque refletem intimamente o que eles se tornaram, uma economia de mercado livre multicultural de quem um conjunto de regras mínimo permite liberdade individual máxima para ir onde se quer, viver onde se quer e conduzir a vida da maneira que se quer.

O Centro Funcional da globalização, como vimos, é composto pela América do Norte, União Europeia, Rússia, Japão, China, Índia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Argentina, Brasil e Chile e compreende aproximadamente dois terços da população mundial.

No *Core*, os que fazem parte da globalização aceitaram a conectividade e conseguiram submeter: sua economia nacional à global, seu sistema financeiro nacional ao global. Além disso, eles também buscam harmonizar seu conjunto de regras internas com as regras da democracia²⁴, das leis e dos mercados de livre comércio.

O oposto do *Core*, associados à desconexão da economia global pode ser descrita como um problema de perda de conectividade porque falhou em atrair um conjunto de investimentos externos para alimentá-lo, além do problema dos conflitos armados internos.

De acordo com BARNETT (2004, p. 133), o sinal típico de zonas de guerra é a falta de um conjunto de regras. Dentro dessa desconexão, encontram-se os “grandes líderes” que decidem permanecer além do limite de tempo prescrito, com propósito de salvar a sua população e de se perpetuarem como presidente. Isso se dá porque assim que o líder redige suas próprias leis absolutas, ele começa a tratar a economia nacional como a sua economia doméstica, tal como Muammar Gaddafi na Líbia.

Segundo BARNETT (2004, p. 155), a teoria proposta não foi feita para justificar a guerra contra o Iraque em 2003 tão pouco apoiar o governo Bush após a intervenção militar.

²⁴ Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se num elenco mais ou menos amplo de regras de jogo, ou, como também se diz, de “procedimentos universais”. Indica um certo conjunto de fins, tais como: da igualdade jurídica, social e econômica, independentemente dos meios adotados para os alcançar (BOBBIO, 1998, p. 326 e 329, *passim*).

Entretanto, o regime de Saddam Hussein é um ótimo exemplo de tudo aquilo que é preciso eliminar da Lacuna Não Integrada: um líder mau que passou do prazo de validade e um regime que aterrorizou a sociedade por décadas e dizimou a população com violência. Percebemos também que a referida teoria, poderia ser aplicada ao regime de Gaddafi na Líbia.

O atentado terrorista de 2001 despertou os EUA para a nova realidade do ambiente de segurança nacional e internacional. Os menos incluídos da Guerra Fria subiram para o topo da lista de prioridades como uma ameaça ainda maior e sem precedentes, se atores nacionais ou não conseguissem colocar as mãos em tecnologias perigosas como ADM²⁵.

O 11/09 provou que o *Core* continuava a ignorar o *Gap*. Então, o governo Bush decidiu adotar um novo conjunto de regras de segurança que fossem inerentes ao direito de autodefesa estadunidense e despertar no restante das grandes potências do *Core* igual interesse em adotá-lo para a segurança da economia global, embora inicialmente estivessem céticos de que a guerra global contra o terrorismo envolveria um sacrifício da segurança do Centro Funcional em prol da defesa dos EUA e uma exposição dos seus apoiadores.

George W. Bush (1946-) denominou guerra “preemptiva”²⁶ e o mundo preocupou-se com os EUA estarem criando um conjunto de regras para segurança global, com uma guerra unilateral (BARNETT, 2004, p. 167) em detrimento da dissuasão (*Ibid*, p. 170).

Destruição mutuamente assegurada, dissuasão e segurança coletiva dentro do *Core* não foram alteradas pelo governo Bush em sua nova estratégia de preempção por não se aplicar ao Centro Funcional, e sim à Lacuna Não Integrada. Dentro do *Core*, há mecanismos,

25 Arma de Destruição em Massa é aquela capaz de causar elevado número de mortes em uma única utilização. Como exemplo, citam-se as armas químicas, bomba atômica, bomba de hidrogênio, armas biológicas e mísseis que possuam como cabeça de combate qualquer uma dessas características (HAK NETO, 2011).

26 O presidente Bush (1946-) defendia um certo grau de direito de preempção que se estendesse ao emprego preventivo – e mesmo cautelar – da força: “devemos levar a batalha até o inimigo, impedir seus planos e fazer frente as mais graves ameaças, antes mesmo que se materializem”. Essa política ficou identificada como “Doutrina Bush” (BYERS, 2007, p. 98).

bilateral e multilateral, para negociar qualquer questão de segurança que surja, segundo BARNETT e o 11/09 não mudou esse conjunto de regras dentro do *Core*.

Para BARNETT, o paradigma de manter a globalização em equilíbrio significa que o sistema global deve agir para manter o fluxo da região com abundância (trabalhadores, fontes de energia, capital e estabilidade) para a região com escassez desses recursos.

BARNETT propõe, então, dez premissas para apoiar a globalização no *Core-Gap*:

1 – procurar por recursos e encontrá-los – quanto mais se procura por energia sustentável, mais se encontra. Reservas de petróleo aumentaram quase 60% nos últimos vinte anos enquanto que as reservas de gás natural mais que dobraram fazendo com que tenhamos energia suficiente para os próximos dois séculos.

Observamos que a questão não é o suprimento da economia com energia nem a demanda por ela. O foco é assegurar seu movimento, de quem tem para quem precisa.

2 – sem estabilidade, sem mercados – o crédito é estendido aos participantes, de produtores a consumidores, dentro dos mercados com base na fé coletiva do futuro ou o senso de que o que se investe terá retorno.

3 – sem crescimento, sem estabilidade – o crescimento das economias geralmente tornam as sociedades felizes mesmo havendo disparidade de riqueza entre os indivíduos.

Segundo BARNETT, sociedades mais ricas são em média mais felizes do que as mais pobres. Países que contêm uma renda *per capita* maior compram felicidade porque desenvolvem suas economias. Com isso, num país rico e próspero, há maior probabilidade que ele se torne uma democracia estável.

4 – sem recursos, sem crescimento – economias em desenvolvimento usam fontes ou recursos energéticos menos eficientes do que as economias mais avançadas, enquanto que as sociedades pobres, em geral, desperdiçam recursos energéticos.

A maioria dos países do *Gap* são altamente dependentes da importação de fontes energéticas para se desenvolverem (não conseguem refinar petróleo). Sem acessá-las a preços estáveis, esses países encontrarão dificuldades de crescer sem danificar seu meio ambiente.

5 – sem infraestrutura, sem recursos – a infraestrutura é essencial para a conectividade das economias e em lugar nenhum as demandas são maiores do que no comércio de energia.

Ao redor do mundo, a economia precisará de oleodutos e gasodutos de longa distância conectando cidades, estados e regiões. Consequentemente, essa rede exige uma quantidade maior de eletricidade, petróleo e gás natural que se movem por meio dos oceanos e de infraestrutura nos portos para viabilizá-los.

6 – sem dinheiro, sem infraestrutura – o desenvolvimento das economias não pode se autofinanciar, depende de ajuda externa através de investimentos diretos na economia por empresas ou grupo de investidores estrangeiros.

7 – sem regras, sem dinheiro – os investidores estrangeiros precisam ver leis, transparência e governança corporativa antes de investir seu dinheiro com risco aceitável.

8 – sem segurança, sem regras – o conflito é na melhor das vezes uma suspensão temporária do conjunto de regras normais e na pior delas a extinção dessas regras.

9 – sem leviatã²⁷, sem segurança – o conjunto de regras para a segurança sempre precisará ser apoiado por alguém disposto em usar a força em seu nome.

10 – sem disposição, sem leviatã²⁸ – os EUA não arriscam seus militares, ao agirem como um leviatã, sem conhecer duas condições básicas: os objetivos serem bem definidos e os custos parecerem valer a pena o ganho potencial.

27 O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588–1679), em seu livro *O leviatã*, imaginou um estado de natureza, um mundo sem autoridade governamental nem ordem civil, no qual os seres humanos governariam por paixões e viveriam em constante incerteza em relação à sua própria segurança (MINGST, 2014, p. 27).

28 No nível internacional, na ausência de autoridade internacional, a sociedade encontra-se em anarquia na qual os Estados agem como o homem no estado de natureza. Para Hobbes, a solução do dilema está em um Estado unitário – um leviatã – em que o controle do poder é centralizado e absoluto (MINGST, *loc. cit.*).

Compreendendo a importante ligação entre forças armadas e os mercados internacionais, percebemos não ser somente a comercialização de bens e serviços ao redor do planeta, trata-se de uma estratégia de segurança nacional para comercializar bens e serviços.

Se fossem removidas as fontes de insegurança e incertezas encontradas no *Gap*, a conectividade seria alcançada. Assim, grandes corporações poderiam promover investimentos e obter vantagens sobre a oferta de mão de obra mais barata. Todavia, investidores não entrarão em estados onde grupos rebeldes atentam contra essas grandes corporações, exceto no caso de *commodities* de alto valor e interesse tais como o petróleo e os metais preciosos.

Porém, para obter o êxito da globalização é necessário o emprego das forças armadas a fim de garantir o fluxo seguro da migração das pessoas (trabalhadores, estudantes e turistas) e a comercialização de fontes de energia, bens e serviços, a manutenção dos investimentos para o crescimento das economias emergentes do novo *Core* (Brasil, Rússia, Índia e China) financiadas pelo antigo *Core* e a integração humana que contribui para a paz.

3.2 – A ameaça dos desconectados – Primeiro o Iraque, depois a Líbia

De acordo com BARNETT, o Pentágono passou a década de 1990 negando o aparecimento dos “menos incluídos” ou desconectados, do processo de globalização, ou o crescimento da importância de pequenos inimigos, ameaças e guerras.

Os EUA receavam perder o foco na grande ameaça que acompanhou a Guerra Fria e com isso, arruinar a prontidão quando surgisse “o par” a altura dos EUA, no caso de suas forças armadas se acostumarem a serem empregadas em cenários de pouca relevância, somente para conter a má vizinhança do mundo, tal como: Iraque, Somália, Haiti e Iugoslávia.

O interesse nacional dos EUA, na era da globalização, situa-se primariamente na extensão da conectividade da economia global porque beneficia-os economicamente por

incrementar o acesso aos bens, serviços e *commodities* de qualquer lugar do mundo, enquanto que também promove as exportações estadunidenses para o resto do mundo.

Nem todos os estados estão dispostos a aderir a regras, nem desejam se conectar à economia ao redor do mundo. São denominados “governos patifes” (BARNETT, 2004, p. 83) por não se comportarem de modo aceitável. Os EUA, por meio de seu poder²⁹, buscam mudar o comportamento do desconectado influenciando-o a agir conforme a vontade deles, ou pelo menos, restringi-lo a quebra de qualquer regra aceita entre estados no sistema internacional.

Há igualmente, grupos de indivíduos, como al Qaeda, dentro de sociedades que rejeitam a noção de que o território onde vivem, deve se juntar a comunidade de estados conectados que definem o *Core*. Eles receiam que ao se juntarem a este moderno sistema de regras suas sociedades tradicionais serão prejudicadas e pervertidas. Para tanto, estão dispostos a travar guerras contra indivíduos, estados e todo o sistema³⁰ para evitar esse futuro.

No pós-Guerra Fria, o conflito velado pela Carta da ONU no nível do sistema internacional³¹ deixou de existir, perdeu o propósito e tornou-se completamente abstrato, mas foi aparentemente popularizado por estados hegemônicos³² regionais como o Iraque na tentativa de ampliar seu território ou poder econômico com o uso da força, suscitou e advertiu que o planejamento estratégico de defesa estadunidense, e dos países do *Core*, focassem em o que os estados patifes estão comprando, construindo ou desenvolvendo para seus militares ou para indivíduos (ou grupos) não estatais, os quais operam dentro ou a partir desses estados, aterrorizando suas próprias populações ou as do *Core*, cometendo crimes transnacionais.

29 Capacidade de influenciar outros e também de controlar resultados de modo a produzir efeitos que não teriam ocorrido naturalmente (MINGST, 2014, p. 483).

30 Grupo de unidades ou partes unidas por algum tipo de interação regular, no qual a mudança em uma unidade causa mudanças nas outras; essas interações se dão de modos regulamentados (*Ibidem*, p. 486).

31 É um dos níveis de análise (há também o indivíduo e o Estado) em Relações Internacionais que ajudam a compreender o que acontece no mundo segundo as Teorias: Realista, Liberal, Radical e Construtivista.

32 Estado dominante cujo poder prepondera; com frequência estabelece e impõe as regras e normas no sistema internacional. (MINGST, 2014, p. 480). O termo hegemonia origina-se de uma palavra grega que significa dominação ou liderança, em um Estado, liga ou confederação, porém sem uma clara indicação de sentido, se é o resultado de uma coerção ou de um consenso, ou uma combinação de ambos (AGNEW, 2008, p. 12).

Atualmente, os conflitos armados que ocorrem são quase exclusivamente guerras internas porque algum seguimento do estado deseja se separar do todo ou onde a violência social entre grupos antagônicos dentro dos estados se transforma em guerra civil. De fato as únicas guerras verdadeiras que ocorreram entre estados soberanos desde o fim da Guerra Fria, envolveram coalizões multinacionais lideradas pelos EUA para reverter ato de agressão (Iraque no *Kwait*, 1991) ou mudança de regime (Afeganistão, 2001 e Iraque, 2003).

BARNETT (2004, p. 86) adverte que o objetivo de cada guerra não é a conquista do território, mas sim, readmitir o Estado desconectado de volta para o sistema com vistas a sua pacificação e conclui que toda a violência do mundo caótico situa-se dentro dos estados menos incluídos com as quais o Pentágono desenvolveu uma aversão durante a Guerra Fria.

Ao preterir HUNTINGTON (1996), os EUA, representante da civilização ocidental e líder do *Core*, leram equivocadamente segundo MEAD (2014)³³ que, após o triunfo ideológico sobre o comunismo, a democracia poderia ser implantada rapidamente no Oriente Médio Árabe iniciando pelo Iraque. Então, após os ataques terroristas de 2001 declararam Guerra Global contra o Terror ao invadir o Iraque alegando legítima defesa contra o terrorismo (BYERS, 2007) e a produção de ADM, conforme ratificou PALMEIRA (2018) em estudo sobre a relevância do emprego da Inteligência de Imagens (IMINT), como auxílio à tomada de decisão nos níveis político e estratégico, pelo qual o governo Bush validou o combate sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, por ter encontrado evidências de desenvolvimento de armas biológico, nuclear e químico iraquiano e possível atividade terrorista, assim como o risco anterior da al Qaeda, não mais ignorado pelos EUA.

Em vista da teoria do *Core-Gap*, derrubar³⁴ Gaddaf proporcionaria aos EUA evitar o risco de ser atacado por grupos terroristas, conforme fizeram no Iraque em relação a

33 Apud TEIXEIRA JUNIOR (2017, p. 183).

34 Mais um governo pária seria reabilitado e eles consolidariam o papel de leviatã assumido, após a invasão do Iraque em 2003, ao apoiar as ações do *Core* liderados pela França contra a Líbia em 2011.

possibilidade do uso de ADM, reconectar a Líbia ao mundo, manter o equilíbrio dos fluxos (trabalhadores, energia, capital e estabilidade) e promover a globalização no Norte da África.

3.3 – A Intervenção Militar na Líbia

Embora a Líbia tivesse abandonado seus esforços em adquirir ADM e meios para lançá-las, no final do ano da invasão do Iraque no contexto da guerra contra o terror, ao aderir aos EUA (*bandwagoning*³⁵) segundo MINGST (2014, p. 99), após anos de enfrentamento e oposição, e até se submeter a pagar indenizações às vítimas do caso Lockerbie imputado pelos EUA à Líbia, a intervenção militar da ONU em 2011 não conseguiu ser evitada por Muammar Gaddafi, mesmo com o fiasco³⁶ político-militar da intervenção de 2003, porque não foi autorizada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) nem justificado o direito inerente da legítima defesa individual ou coletiva contra um ataque armado, nos termos do artigo 51 da Carta da ONU, passando aquele ataque a ser preventivo.

A participação de terroristas, predominantemente da Cirenaica e ligados à al Qaeda, apontavam para a Líbia como o país que mais contribuiu para fornecer combatentes contra o avanço estadunidense no MENA, imbuídos de expurgar o terrorismo, durante a longa ocupação do Iraque pelos EUA. A dependência do petróleo e a avaliação do custo-benefício pelos EUA em obtê-lo manteriam a Líbia como alvo do *Core* e objetivo de encolher o *Gap*.

A preempção segundo BARNETT, diz respeito aos atores e aos regimes dentro do *Gap* onde se supõe não viverem no mesmo mundo nem aderirem ao mesmo conjunto de regras de segurança do *Core*, além de se apresentar como uma possibilidade para alterar o comportamento daqueles e aos EUA de se portar como leviatã no sistema internacional.

Observamos que a Líbia se enquadrava nessa justificativa para intervenção militar pois ofereceria risco à segurança dos EUA ao abrigar grupos terroristas que pudessem atentar

35 Estratégia em que estados mais fracos aderem aos mais fortes, em face da demonstração de força desses.

36 O art. 2º, § 4º, da Carta da ONU de 1945, dispõe que “Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas”.

contra os interesses nacionais estadunidenses de manutenção do equilíbrio dos fluxos (de trabalhadores, fontes de energia, capital e estabilidade), da globalização do *Core* necessária às praticas dos pressupostos de livre mercado e finalmente, porque apresentava um custo-benefício atraente aos EUA pois possuía valiosos poços de petróleo e de gás natural.

Portanto, a intervenção militar era uma oportunidade imperdível para liderar esforços coerentes em conectar a Líbia ao *Core*, diminuir o *Gap*, acessar o petróleo negado aos EUA após o golpe de 1969, o que comprova a hipótese I, pois a Líbia ao abrigar grupos terroristas como LIFG e AQIM constituía uma ameaça à segurança nacional dos EUA, haja vista terem sofrido um ataque em seu território, e aos seus interesses na região. Além disso, a derrubada de Gaddafi contribuiria para diminuir o número de regimes patifes e terroristas comprometidos em evitar o contato de suas sociedades com a democracia, por medo do *Core* e da globalização, e combater ameaça dominante ao sistema internacional no pós-Guerra Fria.

4 – A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NA LÍBIA

Em meio a euforia dos acontecimentos que anunciavam a chegada do novo milênio, teria Fukuyama esquecido uma terceira opção? Adverte-nos ABRAMS (2017).

O islamismo³⁷ oferece uma ideologia tão sistemática e coerente quanto o liberalismo ou comunismo, com código de moralidade e doutrina de justiça política e social próprios. Em sua versão moderada tem derrotado a democracia liberal em várias partes do mundo islâmico, representando grave ameaça às práticas liberais³⁸, aos interesses econômicos e sua *realpolitik*, em cada um dos países onde os EUA não alcançaram poder diretamente.

Alguns dos problemas como: analfabetismo e ignorância; conflitos étnicos e tribais; pobreza extrema acompanhada de luxo e privilégio de poucos; opressão de mulheres; governos corruptos e opressores não são exemplos de ocorrência com exclusividade em países árabes. São barreiras ao desenvolvimento da democracia e dos direitos humanos em países muçulmanos pobres onde a população, oprimida por governos autocráticos e ditatoriais, clama por algo que eles chamam de “democracia” e pode suscitar ao ocidente ocupar esse vácuo.

Apontamos a história positiva na Tunísia, pós Ben Ali, onde formaram um governo de coalizão e a parte islâmica provou estar disposta a viver num sistema democrático. Essa perdeu popularidade obtida após ter ganhado as primeiras eleições pós-ditadura, o que faz parte do jogo democrático quando à população, é permitida a escolha da liderança e dos rumos do estado. Na Líbia, a situação era completamente diferente da Tunísia e do Egito.

No início deste século, os líbios tinham uma expectativa de vida de cerca de 75 anos, um recorde no continente cuja média é menor que 40 anos. Quando Gaddafi tomou o poder em 1969, o país tinha uma taxa de analfabetismo de cerca de 94%. No momento de sua queda, essa taxa era de 12% e muitos estudantes líbios frequentavam universidades

37 Religião predominante do MENA e da civilização islâmica mapeada por HUNTINGTON (1996, p. 26-27).

38 A repressão ocorrida no Iraque tem ajudado os muçulmanos a baterem os democratas, possibilitando abrir caminho para o Irã exercer sua influência no Oriente Médio, além do prestígio que o Irã xiita desfruta no mundo árabe, para não falar do Sul xiita do Líbano e do Iraque xiita (KAPLAN, 2013, p. 283).

estrangeiras. Saúde, treinamento, reabilitação, educação, moradia, questões familiares e benefícios por incapacidade e velhice eram todos regulados pelo Fundo de Assistência Social³⁹. Em comparação com outros estados do Oriente Médio, a saúde da população era boa e a imunização infantil quase universal. O suprimento de água potável aumentou e o saneamento melhorou, destacou SENSINI (2016, p.139), além do número de médicos e dentistas ter aumentado sete vezes entre 1970 e 1985 e a malária ter sido erradicada.

Se Gaddaf era apoiado pela maioria da população, como retirá-lo da Líbia, se em 2010 o país, que possuía um alto valor do IDH, ocupava a 52ª posição em todo o mundo, obtendo uma classificação superior a nove estados europeus (com a Rússia, na 65ª posição)?

Os eventos ocorridos durante as “revoluções de jasmim e do lotus”, na Tunísia e no Egito, foram convenientemente explorados por potências ocidentais para a intervenção humanitária na Líbia, a partir das notícias sensacionalistas da mídia internacional.

4.1 – A Responsabilidade de Proteger⁴⁰ a Líbia

A fim de evitar que intervenções fossem empreendidas abusivamente, como a invasão do Iraque pelos EUA em 2003, após certa resistência inicial e algumas modificações para evitar o imperialismo⁴¹ das grandes potências militares, foi adotada pela Cúpula Mundial da ONU, em 2005, a doutrina *Responsibility to Protect* (R2P), segundo a qual somente seria aceitável em quatro situações específicas e graves: genocídio, limpeza étnica, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, constante em seu parágrafo 138 (ONU, 2005).

Em 2009, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon apresentou a R2P como uma abordagem assentada por três pilares ou responsabilidades (ONU, 2009): 1º Pilar – Cada

39 No relatório de 2005 elaborado pela Divisão Federal de Pesquisa da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, cita que os cuidados básicos de saúde são prestados a todos os cidadãos (SENSINI, 2016, p. 138).

40 Foi proposta em 2001 pela *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS) a fim de atender uma demanda do Secretário-Geral da ONU, que enfatizou a necessidade de um consenso internacional mínimo com relação à proteção de populações que enfrentam atrocidades e crimes em massa.

41 É a política e prática de estender a dominação de um Estado sobre outro por meio da conquista territorial ou dominação econômica. Segundo a Teoria Radical, é o estágio final de expansão do sistema capitalista.

governo tem a responsabilidade de proteger sua população dessas quatro situações atroz, ou seja, cabe ao governo local tomar as medidas necessárias para cessá-las, caso ocorram tais violações; 2º Pilar – Se o governo for incapaz de cumprir a responsabilidade constante do 1º Pilar, esse deve solicitar e aceitar auxílio para isso, seja de outros estados ou de organismos internacionais como a ONU; e 3º Pilar – Se o referido governo não solicitar ou aceitar auxílio constante do 2º Pilar, a comunidade internacional terá o direito de intervir, inclusive por meio do uso da força. Todavia, essa intervenção deve ter autorização do CSONU.

Observamos que a R2P não se afastou da Carta das Nações Unidas de 1945 ou evitou “flexibilizar” o conceito de legítima defesa forçadamente empregado pelos EUA em 2003. Por outro lado, em 2011 a intervenção militar na Líbia realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) utilizou a R2P. Os três pilares foram seguidos até que em 17 de março de 2011 o CSONU aprovou a resolução nº 1973, que exigiu um “imediato cessar fogo” e autorizou o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e o uso de todos os meios necessários, exceto ocupação estrangeira, para proteger civis (ONU, 2011b).

4.2 – A teoria de Paolo SENSINI – *Sowing Chaos: Libya in the Wake of Humanitarian Intervention*

Paolo SENSINI afirma que a intervenção humanitária da ONU ocorrida em 2011 foi ilegal e o CSONU aprovou as resoluções 1970 e 1973, a partir de graves violações dos direitos humanos de cidadãos líbios, baseado em crimes contra a humanidade que não ocorreram, pois não foram relatados esses crimes supostamente cometidos por Gaddafi contra a sua própria população. Segundo SENSINI (2016), muitos militares e operações de inteligência já estavam na Líbia, antes da autorização da zona de exclusão aérea ter sido aprovada pelo CSONU, em apoio aos rebeldes, violando assim a Carta das Nações Unidas.

Os rebeldes eram constituídos por: simpatizantes do rei Idris, que queriam

restaurar a monarquia; Sanussis islâmicos, cuja essência é baseada na militância; egípcios da *Muslim Brotherhood*; e jihadistas⁴², em sua maioria, da Argélia, Marrocos, Tunísia, Jordânia, Catar e Afeganistão e foram liderados pelos ex-membros do governo da Líbia: Mustafa Abdel al-Jalil, o ex-Ministro da Justiça, e General Abdel al-Fattah Younis, o ex-Ministro do Interior.

Os rebeldes anunciaram oficialmente estarem recebendo armas e outros equipamentos do Catar usando petróleo como meio de troca. O Xeiue Tamim bin Hamad al-Thani⁴³ foi o primeiro chefe de Estado a reconhecer oficialmente os rebeldes líbios. Acordo SENSINI (2016, p. 85), também foi o primeiro membro do *Gulf Cooperation Council* (GCC)⁴⁴ a fornecer apoio logístico e aviões (*Mirage* F1 de fabricação francesa e o estadunidense *Globemaster C-17*), instalar o canal de televisão via satélite *Ahrar* em nome do CNT, comercializar lançadores de míssil MILAN e, não despropositadamente, engajar-se imediatamente na supervisão da exportação de petróleo da Cirenaica.

Notamos que tal comportamento é inteiramente ilegal, porque contradiz o art. 13 da resolução 1973 do CSONU que solicitou apoio aos Estados-Membros, em particular os Estados da região, para cumprir e implementar os artigos 9 e 10 da resolução 1970 do CSONU sobre a execução do embargo de armas que proíbem o apoio a grupos armados, com armas ou mercenários armados, em oposição ao governo líbio (ONU, 2011a).

Além dos governos de países ocidentais e dos países da região se furtarem a ignorar tais recomendações, Itália, França e Catar rapidamente reconheceram e apoiaram o CNT como governo legítimo da Líbia, conforme (NORDLAND, 2011).

42 São *mujaedins* (guerreiros santos) que ganharam confiança ao forçar os soviéticos, exército melhor equipado, a bater em retirada do Afeganistão no fim da década de 1980. Quando retornaram às respectivas terras natais – Arábia Saudita, Egito e outras partes do Oriente Médio – estavam imbuídos da missão de travar a *jihad* (guerra santa) contra, segundo eles, regimes ilegítimos (MINGST, 2014, p. 180-181 *passim*).

43 Disse a CNN que forneceria armas aos rebeldes líbios (NORDLAND, 2011).

44 Em 25 de maio de 1981, os países da região do Golfo Árabe ou Pérsico (Bahrain, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) ratificaram a Carta que estabeleceu o Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo, com exceção do Iraque, que é uma união política e econômica intergovernamental. Em 2008, o PIB total do GCC foi superior a US \$ 1 trilhão (MOHANTY et al, 2011).

De acordo com SENSINI (2016, p. 117), a TV por satélite *Al Arabiya* espalhou a notícia de que a Líbia havia sido acometida por cerca de 10.000 mortes e de pelo menos 50.000 feridos e mutilados. A campanha midiática reportando aparentes ataques aéreos provenientes da Força Aérea líbia contra Trípoli e Bengasi pode ter despontado a partir de uma mensagem *tweet*, oriunda de Paris, falsa e exagerada de Sayyid Al-Chanuka, supostamente membro da *International Criminal Court* – posteriormente negado pela instituição – cujos dados alarmantes foram replicados sem verificação pela TV árabe *Al Jazeera*. Esses veículos de comunicações são tão influentes no Oriente Médio e arredores quanto Fox News, CNN e BBC. SENSINI (2016) adverte que a campanha falsa veio diretamente do mundo árabe controlado pelas aristocracias sunitas Wahhabi do Catar e Dubai.

Às vésperas da intervenção, para ocorrer precisava cumprir todos os requisitos da doutrina R2P. Franco Frattini (1957-), o Ministro das Relações Exteriores da Itália, segundo SENSINI (2016, p. 110), falou em “mil mortes” de nacionais líbios sem apresentar a fonte e provas confiáveis, convocando a mídia a travar uma guerra de propaganda contra o governo líbio. Adicionalmente, William Hague (1961-), o Ministro da Defesa do Reino Unido declarou oficialmente, mentindo para o público interno, que Gaddafi havia fugido para a Venezuela, resultando assim, na adesão de Mustafa Abdel al-Jalil (1952-) ao golpe de estado e no incentivo para Abdel Hakim al-Hasadi⁴⁵ proclamar Derna um Emirado Islâmico. Gaddafi foi instado a manifestar-se na TV para desmentir os rumores de sua viagem à América do Sul.

O ex-Ministro al-Jalil⁴⁶ acusou Gaddafi de ter ordenado pessoalmente os ataques terrorista de Lockerbie e em 26 de fevereiro o CSONU aprovou a resolução 1970, a qual

45 Era um veterano líder da al Qaeda, ex-presos de Guantamano em 1995, que ao se juntar com Salim Hamdam (motorista de Bin Laden) e Mohamed Barani formaram o LIFG, que enviou muitos mujaedins da Líbia para o Iraque. Também foi o comandante do Conselho Militar de Trípoli, gen. Abdel Hakim Belhadj, antes de assumir a nova identidade (SENSINI, 2016, p. 167).

46 Cf. <<https://www.news.com.au/breaking-news/muammar-gaddafi-ordered-lockerbie-bombing-says-libyan-minister/news-story/c50c72d02fcbdfaebd7e77081bd24a7e>>. Acesso em 30 jun. 2020.

decretou o embargo contra a Líbia, congelamento de ativos financeiros e proibição de Gaddafi, e sua família, de viajar para o exterior. Assim, Al-Jalil criou e liderou o CNT de Bengasi.

Em 10 de março, a França reconheceu al-Jalil como representante legítimo da Líbia e as aeronaves de reconhecimento conduziram operações de inteligência da OTAN sobre o espaço aéreo da Líbia para identificar o movimento de tropas no teatro de operações.

Em 11 de março, a União Africana rejeitou toda a ajuda externa à crise na Líbia, ao mesmo tempo que a União Europeia declarava que passaria a negociar com o governo líbio representado pelo CNT em Bengasi porque Gaddafi havia perdido toda a legitimidade. Entretanto, tropas leais à Gaddafi sitiaram Misurata e seguiram em direção a Bengasi, enquanto diversas demonstrações de apoio oferecidas em muitas cidades líbias fizeram parecer que Gaddafi venceria. O próprio Paolo SENSINI foi testemunha ocular⁴⁷ do referido apoio em uma das principais praças em Misurata quando esteve em Trípolitânia na segunda quinzena de abril de 2011. Com efeito, esse apoio foi uma das reações inesperadas pela intervenção militar na Líbia, a qual se intitulava humanitária, e objetivava proteger a população do genocídio.

Em 12 de março, a Cúpula da Liga Árabe aprovou a ideia da zona de exclusão aérea proposta pela França para manter em terra o poder aéreo líbio, enquanto Gaddafi propunha uma reconciliação nacional, desde que os rebeldes depusessem suas armas.

Em 13 de março, os rebeldes abandonaram Brega, ao mesmo tempo em que as forças do governo alcançaram Bengasi e retomaram al-Uqayla. As forças do golpe perderam terreno, portos e cidades importantes. Muitos rebeldes, viram-se obrigados a retrair.

Em 14 de março, as forças do governo retomaram Zuara e Gaddafi prometeu anistia geral para todos os soldados rebeldes que se rendessem. Ele pediu por investimentos externos na Líbia e instou as grandes potências como Rússia, China e Índia.

47 “Nós fomos à principal praça onde uma demonstração estava sendo realizada contra o ataque da coalizão ocidental na Líbia. [...] Foi uma demonstração muito evidente de apoio incondicional ao líder da Líbia.” (SENSINI, 2016, p. 129, tradução nossa).

Em 15 de março, durante a entrevista ao jornal italiano, *il Giornale*, Gaddaf expressou sua irritação em relação aos países europeus e declarou se sentir traído por Silvio Berlusconi, provavelmente em virtude da recente assinatura do Tratado bilateral de Amizade, Parceria e Cooperação econômica realizada entre ambos os Estados em 30 de agosto de 2008.

Em 16 de março, a força aérea líbia bombardeou a base aérea de Benina, localizada em Bengasi, destruindo as aeronaves militares apreendidas pelos rebeldes.

Em 17 de março, o CSONU aprovou a resolução 1973 que impôs a zona de exclusão aérea sobre a Líbia e pela qual poderia proporcionar proteção humanitária aos civis líbios. Além disso, foram congelados os ativos do *Central Bank of Libya* (CBL), *Libyan Investment Authority* (LIA), *Libya Foreign Bank* e NOC.

Após as ações sobre Bengasi lideradas pela França na Operação *Harmattan*, apoiadas pelos EUA e Reino Unido, com o lançamento de centenas de mísseis Tomahawk⁴⁸ sobre alvos estratégicos a partir de unidades navais da OTAN localizadas no Mar Mediterrâneo, juntaram-se à intervenção humanitária sob a égide da ONU, substituída e renomeada para *Unified Protector*: Noruega, Holanda, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Dinamarca, Canadá, Espanha, Bélgica, Turquia e Itália.

Embora as ordens do presidente francês Nicolas Sarkozy, que impôs a zona de exclusão aérea preconizada na resolução 1973, fossem de proteger a população civil de Bengasi e Trípoli contra o “louco” e “ditador sanguinário”, a razão por trás daquela coalizão, segundo SENSINI (2015, p. 76) era depor Gaddaf.

A destruição causada pela operação da coalizão da ONU não permitia saber quem disparou o primeiro tiro nem interessava aos EUA, dotados de tecnologia de monitoramento à distância por meio de IMINT, refutarem o genocídio da população, como veremos a seguir.

48 Armamento de elevada precisão que carrega meia tonelada de explosivos capaz de destruir tudo num raio de 50 m a partir do alvo. Seus estilhaços podem alcançar até 500 m (SENSINI, 2016, p. 124).

A junção da histórica fama de mau de Gaddafi, difundida pelos EUA desde 1980, com a propaganda exaustiva dos meios de comunicação do Oriente Médio e Ocidente, sobre os crimes contra os nacionais líbios cometidos por seu líder, foram convenientemente utilizados para cumprir os requisitos da R2P indispensáveis à intervenção na Líbia em 2011.

Passados pouco mais de cinco meses, após a aprovação da resolução 1973 e início da intervenção humanitária, no dia 23 de agosto, ajudado pelas forças especiais da coalizão, a milícia de Belhadj (ou Abdel Hakim al-Hasadi) capturou a antiga fortaleza de Gaddafi, o complexo de Bab al ‘Aziziyah, e em 27 de agosto assumiu o controle do sul de Trípoli (Abu Salim, um distrito habitado por funcionários públicos e pela classe de elite da Líbia, os quais conduziam os meios de produção do Estado *Jamahiryia*). Além disso, a milícia também teve acesso ao depósito de armas particulares de Gaddafi.

Em 20 de outubro, Gaddafi foi morto por milicianos das forças rebeldes.

4.3 – Possíveis interesses dos EUA na Líbia, por trás da Intervenção Humanitária

O petróleo está chegando ao fim? Perguntou-nos o professor de Geologia do Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais, por ocasião de uma aula em 2006.

Naquela época, fiquei satisfeito em saber o que leva à “escassez” desse notável recurso energético, de valor variável e sensível no mercado internacional, está intimamente relacionado com o custo e a facilidade para extraí-lo e não sua abundância na natureza, a qual podemos considerar quase infinita. O petróleo valioso, e escasso, é aquele barato de se extrair.

O que torna viável sua comercialização, com preços atraentes, é a viabilidade da relação custo-benefício para explorá-lo, refiná-lo e posteriormente vendê-lo.

As reservas líbias de petróleo são enormes, quase 60 bilhões de barris (SENSINI, 2016, p. 150), e consideradas as mais baratas do mundo para extrair. Além disso, é mais fácil para refiná-lo do que o do Golfo Pérsico, mais denso, requerendo custo alto para o processo.

A Líbia também possui grandes campos de gás natural. Apenas 25% do território do país foi prospectado (SENSINI, *loc. cit.*), posicionando-a em quarto lugar como produtora de gás na África (cerca de 1.500 bilhões de metros cúbicos), depois da Nigéria, Argélia e Egito. Com ajuda da figura 5, podemos visualizar que 80% das reservas, segundo SENSINI, estão localizadas a oeste da Líbia, *onshore* e *offshore*, no Golfo de Sirte.

Após suspender as sanções em 2003, impostas pelos EUA por quase uma década, devido à adesão (*bandwagoning*) de Gaddafi aos EUA que receava ser o “Iraque seguinte” da Guerra Global contra o Terror, e à abertura da Líbia para os inspetores da *International Atomic Energy Agency* (IAEA)⁴⁹, os gigantes ocidentais do petróleo chegaram ansiosos à Líbia, por mais benefícios do que Gaddafi estava preparado para lhes dar.

O governo líbio concedeu licenças a empresas estrangeiras com base em um sistema conhecido como EPSA-4⁵⁰, cuja maior parte do petróleo extraído era destinada à NOC e essa parcela aumentava na medida que a concorrência entre empresas estrangeiras crescia.

Certamente, a permanência de Gaddafi a frente do país, defendendo os interesses do *Jamahiriyya* e do povo líbio, não interessava aos EUA, por serem combatidos pela Líbia.

Quando o CNT criou a *Libyan Oil Company* (LOC) para implementar e controlar a política e a produção de petróleo, o ex-ativista da oposição Ali Tarhouni, inimigo implacável do lobby do petróleo pró-Gaddafi nos EUA, acordo SENSINI (2016), coincidentemente passou a chefiar a companhia como ministro de petróleo e finanças, imediatamente após retornar do exílio nos EUA, em março. Então, a LOC assumiu os interesses da NOC e Tarhouni se tornou o chefe de assuntos financeiros do CNT, por meio do qual, objetivava obter crédito e usar como garantia os ativos (congelados) do fundo soberano da Líbia.

49 Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/12/031228_libiaml>. Acesso em 30 jun. 2020.

50 SENSINI, 2016, p. 151.

De acordo com SENSINI (2016, p.151), o trabalho de Tarhouni implicava estipular contratos extremamente vantajosos para os interesses petrolíferos britânicos, franceses e estadunidenses. Então, com essa nova política, a partir da intervenção humanitária despreziosa, empresas como a ENI que operavam antes do caos tornaram-se perdedoras. Porém, os maiores perdedores foram os russos e chineses, que receberam a promessa de Gaddaf de que desfrutariam dos direitos do petróleo retirados dos poços líbios.

Os planos da coalizão incluíam, acordo SENSINI (2016), a privatização da NOC, imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a qual deveria ser sacrificada em troca da “ajuda” para reconstruir as indústrias e a infraestrutura destruídas pelo próprio Ocidente.

Segundo o vazamento de documentos, telegramas diplomáticos indicam que

[...] a pedra angular da política externa dos Estados Unidos consiste em **garantir o controle de todos os recursos energéticos em todo o mundo**. Uma questão importante [...] diz respeito à **diversificação das rotas de suprimento para a Europa**. Em um telegrama ao Departamento de Estado de 24 de abril de 2008, Ronald P. Spogli, embaixador dos EUA em Roma de 2005 a 2009, discutiu o recente acordo da ENI com a Gazprom, segundo o qual o primeiro facilitaria o acesso da Rússia aos campos de gás do norte da África (Campos de gás da Líbia), enquanto os russos abririam seus próprios campos para a ENI⁵¹. (SENSINI, 2016, p. 151, tradução nossa, grifo do autor).

Embora os EUA soubessem desses acordos e dos impactos que trariam aos seus interesses, a diplomacia estadunidense não conseguiu impedir a entrada da Gazprom na Líbia. Restaria então o uso da força contra a Líbia após a falha dos esforços diplomáticos em bloquear o avanço dos concorrentes russos na corrida ao Norte da África.

Consequentemente, após o início dos bombardeios, ENI e Gazprom decidiram suspender temporariamente seu acordo, que segundo SENSINI teria permitido à Gazprom realizar investimentos consideráveis em assistência técnica e produção de petróleo,

51 No original: “the keystone of the foreign policy of the United States consists in ensuring its control of all energy resources worldwide. A major question [...] concerns the diversification of supply routes to Europe. In a cable to the State Department dated 24 April 2008, Ronald P. Spogli, the US ambassador in Rome from 2005 to 2009, discussed ENI’s recent agreement with Gazprom according to which the former would facilitate Russian access to North African gas fields – Libyan gas fields – while the Russians would open up their own fields to ENI”.

principalmente no campo de Elefante (figura 6), o mais profundo da Fazânia (aparentemente o maior e mais promissor de todos os campos da Líbia, capaz de ser explorado por décadas).

Além do petróleo e gás, o acordo com Gaddafi incluía armas em grande escala. Com esses suprimentos, o *Jamahiryyia* se tornaria a força militar mais forte da África, depois do Egito, da África do Sul e da Argélia. Segundo a avaliação de SENSINI (2016, p. 153), um ataque à Líbia por forças francesas, britânicas e estadunidenses era praticamente inevitável.

Em janeiro de 2011, com uma pequena participação, a Líbia tornou-se parceira da indústria de defesa da Itália, a Finmeccanica⁵². Com efeito, alarmou os EUA porque a estatal italiana assumiu a empresa estadunidense DRS, tornando-se um dos principais parceiros do Pentágono, o qual recebeu encomendas de produtos da Finmeccanica no valor de 6 bilhões de dólares para a construção de 145 aeronaves para o Exército e a Força Aérea da Líbia.

Enquanto isso, entre 2007 e 2011 um maremoto financeiro havia quebrado os EUA (sem mencionar a França, o Reino Unido e a Itália) conforme podemos evidenciar no gráfico 1, fazendo com que grandes potências ficassem ávidas e ansiosas para se recapitalizar e compensar a política fiscal expansionista adotada. Assim, os fundos soberanos da Líbia tornaram-se demasiadamente tentadores para serem usados e SENSINI (2016, p. 156) advertiu que segundo Nourredine Leghliel, analista argelino do mercado de ações, esse talvez tenha sido o verdadeiro motivo da guerra na Líbia.

A desculpa para congelar os fundos, constantes coincidentemente na resolução 1970 do CSONU, seria providencial aos interesses dos interventores, além de proteger o dinheiro da população líbia que fora mantido irregularmente pela própria família de Gaddafi.

Sendo assim, talvez essa intervenção já tenha sido planejada há muito tempo. E o pretexto de “intervenção humanitária” pode ter sido criado para anular os esforços africanos

52 Este site: <<https://www.companieshistory.com/finmeccanica/>> conta um pouco da sua história. Atualmente faz parte da *Leonardo Company* e comercializa produtos de defesa e produtos aeroespaciais. Acesso em 20 de abr. 2020.

liderados por Gaddafi em direção à independência do continente africano por meio de projetos grandiosos como: a economia e o comércio regionais estimulados pela Companhia de Investimentos Árabes da Líbia, uma nova União Árabe-Africana, o plano estratégico de telecomunicações por meio da Organização Regional de Comunicações por Satélite da África, a criação de um mercado comum africano e de uma moeda única (dinar de ouro) para cerca de um bilhão de pessoas e alinhar os países árabes com os Estados Unidos da África, anunciado antes dos ataques de 2011, na esperança de atrair países produtores de petróleo para a esfera de influência da Líbia e ganhar popularidade em toda a África. Talvez com o êxito de todos esses esforços, os africanos poderiam experimentar a ideia de desenvolvimento autóctone.

Segundo SENSINI, o congelamento dos ativos da Líbia causaram um duro golpe na confederação monetária e comercial da União Africana. Ainda restam dúvidas se a guerra na Líbia foi travada em nome de interesses de combustíveis fósseis ou do setor bancário.

Estima-se que, sob o solo da Líbia, haja um gigantesco lago de água doce do tamanho da Alemanha. Talvez a guerra tenha sido travada devido as enormes reservas de água doce da Líbia. Qualquer relatório sobre o desempenho da Líbia como estado em desenvolvimento durante a era Gaddafi deve incluir o *Great Man-Made River*⁵³ (GMMR)

O projeto GMMR foi desenvolvido para explorar aquíferos gigantes situados 600-1000 metros abaixo do deserto do Saara. As várias bacias estão localizadas em Cufra, Sirte, [...] O projeto inclui quatro aquedutos enterrados sob a areia, projetados para **transportar a água do deserto para a costa (900 km ao norte), para as áreas habitadas por 70% da população**. Os aquedutos planejados têm um comprimento total de cerca de 4.000 quilômetros, com capacidade para mais de 5.000.000 metros cúbicos de água doce por dia⁵⁴. (SENSINI, 2016, p. 140-141, tradução nossa, grifo do autor).

53 Um projeto de bilhões de dólares para o maior aqueduto já construído pela humanidade foi explorar os aquíferos em uma extensão estimada da “capacidade do Nilo por 200 anos”. Pesquisas hidrológicas subsequentes indicaram a possível presença de água no subsolo do Saara em uma área estimada em 80.000 quilômetros quadrados (SENSINI, 2016, p. 142).

54 No original: “The GMMR project was devised to exploit giant aquifers lying 600-1000 meters below the Sahara desert. The various basins are located in Kufra, Sirte, [...] The project includes four aqueducts buried under the sand, laid to transport water from the desert to the coast (900 km to the north), to the areas inhabited by 70% of the population. The planned aqueducts are of an aggregate length of about 4,000 kilometers, with provision for a capacity of more than 5,000,000 cubic meters of fresh water per day”.

A ideia de prover todas as necessidades hídricas da população e acumular reservas de alimentos para atingir autossuficiência nacional possível, diminuindo a dependência dos mercados estrangeiros, não parece coerente com a prática de genocídio contra a população.

Diante dos fatos mencionados, a Líbia dotada de perspectivas de vida tão boas para sua população, construídas durante pouco mais de quatro décadas lideradas por Gaddafi, destacava-se no continente africano e não mostrava indícios de ser maltratada, nem que sofria violência por crimes cometidos pelo seu líder, a fim de cumprir requisitos necessários ao cumprimento da doutrina R2P para que o CSONU aprovasse as Resoluções nº 1970 e 1973, e assim estabelecesse uma intervenção humanitária objetivando a proteção da população civil líbia contra Gaddafi, o que refuta a hipótese II, uma vez que o conceito R2P é baseado na existência de ameaças ou riscos humanitários aos nacionais comprovados, e na Líbia não poderia ser utilizado. Entretanto, como a população aprovava e apoiava o governo líbio, os supostos crimes tiveram que ser forjados pela mídia sensacionalista e interessada em destorcer a imagem de Gaddafi para que ocorresse a intervenção militar da OTAN sob a égide da ONU.

O resultado dessa intervenção humanitária foi a mudança de regime na Líbia e mostrou-se como uma porta aberta para o imperialismo ocidental liderado pela França, mas deliberadamente apoiada pelos EUA que precisavam retirar do poder, Muammar Gaddafi, o maior obstáculo para acessarem as riquezas naturais abundantes e os ativos financeiros líbios.

5 – CONCLUSÃO

Enquanto os dirigentes das potências ocidentais foram cautelosos com as implicações políticas, econômicas e militares da Primavera Árabe na Tunísia e no Egito, os EUA, descumprindo a Carta da ONU de 1945, apoiaram os rebeldes líbios contra Gaddafi.

Os países ocidentais acreditavam que os não ocidentais juntar-se-iam instantaneamente ao movimento de modernização nas vertentes econômica, política e ideológica, pela adoção do capitalismo, democracia e ideologia liberal, pós-queda da URSS.

A avaliação errônea dos EUA sem avaliar fatores históricos, geográficos e políticos no MENA, conforme as últimas duas décadas nos têm mostrado, em países como o Iraque e principalmente a Líbia, que quando uma ditadura cai e resulta em caos, o vácuo de poder pode não ser ocupado pelos EUA e por sua promessa de democracia.

No segundo capítulo apresentamos a relação entre a Líbia e os países ocidentais, desde o domínio italiano a partir de 1911, passando pela ocupação, seguida de manipulação, do Reino Unido (1943-69), e principalmente o conflito de interesses dos EUA com Gaddafi a partir de 1970, em várias situações quase levaram à guerra. A Líbia não manteve um bom relacionamento com o Ocidente, exceto com a Itália devido aos laços da ocupação voltados à colonização no país, assistência mútua em relação às *commodities* de energia da Líbia.

No terceiro capítulo apresentamos o modelo teórico *Core-Gap* (BARNETT, 2004), amparado no paradigma da globalização, que defende a erradicação da desconexão da comunidade e do controle global, trazendo paz e prosperidade mundial. Após os ataques de 2001 ficou evidente a relevância dos menos incluídos e a urgência de combater grupos terroristas como al Qaeda, LIFG e AQIM, além de Estados patifes, terroristas ou suspeitos de apoiá-los pertencentes ao *Gap*, os quais devem ser os primeiros alvos do *Core*, estados conectados e dotados de poder para impedir atores estatais como o Iraque e a Líbia.

Quando foi empregada a estratégia preemptiva, por Bush em 2003, os EUA, sob a ótica de BARNETT, esperavam encolher o *Gap*, eliminar a ameaça dos desconectados, apoiar a expansão da globalização no pós-Guerra Fria, baseada em fluxos, equilibrados e seguros, de trabalhadores, energia, capital e estabilidade, para proteger os interesses nacionais do EUA.

A Líbia, há muito tempo, era vista como uma ameaça aos interesses dos EUA na região por dificultar o acesso ao petróleo e devido à existência de inúmeros grupos terroristas espalhados pelo território líbio, dispostos a evitar o avanço da globalização no MENA. A derrubada de Gaddafi permitiria aos EUA ampliar com a Líbia o comércio de petróleo de alta qualidade e expandir a globalização por meio dos pressupostos de livre mercado.

No quarto capítulo apresentamos a teoria de SENSINI (2016) para analisar o comportamento dos EUA com a Líbia e assim, confrontar com a realidade da Líbia em 2011.

Após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, a Líbia corria um alto risco de sofrer intervenção militar dos EUA, rapidamente contornada pela adesão de Gaddafi aos EUA, pelo pagamento de indenização das vítimas de Lockerbye e pela facilitação de inspeções da IAEA à procura por ADM, causou a postergação da ação contra a Líbia.

As agitações provocadas pela Primavera Árabe, as *fake news* das mídias influentes do Oriente Médio e do Ocidente, e a fama de mau de Gaddafi construída pelos EUA propiciaram a aprovação das resoluções 1970 e 1973 do CSONU necessárias para materializar uma intervenção militar e humanitária com base na doutrina R2P. Contudo, a população líbia não mostrava indícios de ser maltratada, nem que sofria violência por crimes cometidos por seu governante. Assim, a R2P tornou-se útil ao imperialismo do *Core* em vista das riquezas naturais abundantes como petróleo, gás natural e água, além dos ativos financeiros da Líbia.

Tão importante quanto a conclusão, é sugerir uma linha de pesquisa para avaliar quais são os interesses da França na intervenção militar e humanitária da Líbia em 2011.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Elliot. Realism and democracy: American foreign policy after Arab Spring. New York: Cambridge University Press, 2017. xvi, 295p. ISBN 9781108415620 (enc).
- AGNEW, John. A nova configuração do poder global. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-218, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de maio 2020.
- BARNETT, P. M. Thomas. The Pentagon's new map: war and peace in the twenty-first century. New York: Berkley Books, 2004. 435p. ISBN 0-425-20239-9.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política I. trad. Carmen C, et ai; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674p.
- BYERS, Michael. A Lei da Guerra: Direito Internacional e Conflito Armado, Rio de Janeiro: Record, 2007. ISBN 978-85-01-07387-7.
- FREUND, Julien. Sociología del Conflicto. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310p.
- HAK NETO, Ibrahim. Armas de Destruição em Massa no Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 236p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/849-Armas_de_Destruicao_em_Massa_no_Seculo_XXI_Novas_Regras_para_um_Velho_Jogo.pdf>. Acesso em 1 de jul. 2020.
- HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order. New York: Touchstone, 1996. 367p; ISBN 0-684-81164-2.
- KAPLAN, Robert. A vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 383p; il mapas ISBN 9788535270952.
- MAGNOLI, Demétrio (Org.). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006. 480p; ISBN 85-7244-317-7.
- MINGST, Karen A. Princípios de relações internacionais; tradução Cristiana de Assis Serra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 590p; il mapas ISBN 978-85-352-7642-8.
- MODESTO, José Antônio. Blogger: Joint Venture – definição. Disponível em: <<http://joseantoniomodesto.blogspot.com/2008/10/joint-venture-definio.html>>. Acesso 1 de jun. 2020.
- MOHANTY, Sunil, NANDHA, Mohan, TURKISTANI, Abdullah, ALAITANI, Muhammed. Oil price movements and stock market returns: Evidence from Gulf Cooperation Council (GCC) countries. Global Finance Journal, Volume 22, Issue 1, 2011, Pages 42-55, ISSN 1044-0283. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1044028311000068>>. Acesso 5 de jun. 2020.

Mundo Estranho. “Quem são os beduínos?”. Revista Superinteressante, 18 de abril de 2011. Disponível em:

<<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-sao-os-beduinos/>>. Acesso 6 de abr. 2020.

NORDLAND, Rod. Libyan Rebels Say They’re Being Sent Weapons. The New York Times, 16 de abril de 2011. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17libya.html>>. Acesso 18 de abr. 2020.

PACE, Michelle; CAVATORTA, Francesco — The Arab uprisings [2010–2011] in theoretical perspective. *Mediterranean Politics* 17(2), July 2012: 125–138. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13629395.2012.694040>>. Acesso 15 de abr. 2020.

PALMEIRA, Leonardo dos Santos. A INTELIGÊNCIA DE IMAGENS NOS NÍVEIS POLÍTICO E ESTRATÉGICO: Implicações no processo decisório nas Guerra do Iraque e “Guerra contra o Terror”. Rio de Janeiro, 2018. 63f.

SENSINI, Paolo. Sowing chaos: Libya in the wake of humanitarian intervention. Atlanta, GA: Clarity Press, 2016, 252p; ISBN 9780986085314.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. 234p; il mapas ISBN 9788559723366.

United Nations (1949). “Question of the disposal of the former Italian colonies”.

Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/289\(IV\)](https://undocs.org/en/A/RES/289(IV))>. Acesso 11 de abr. 2020.

United Nations (2005). “2005 World Summit Outcome”. Disponível em:

<<https://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf>>. Acesso 1 de jun. 2020.

United Nations (2009). “Implementing the Responsibility to Protect”. Disponível em:

<https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG_reportA_63_677_en.pdf>. Acesso 1 de jun. 2020.

United Nations (2011a). “Resolution 1970 (2011)”.

Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/1970\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1970(2011))>. Acesso 16 de abr. 2020.

United Nations (2011b). “Resolution 1973 (2011)”.

Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/1973\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1973(2011))>. Acesso 16 de abr. 2020.

VESENTINI, José Wiliam. Novas geopolíticas: as representações do século xxi. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, 125p; ISBN 978-85-7244-151-3.

ANEXO A – MAPAS DA LÍBIA

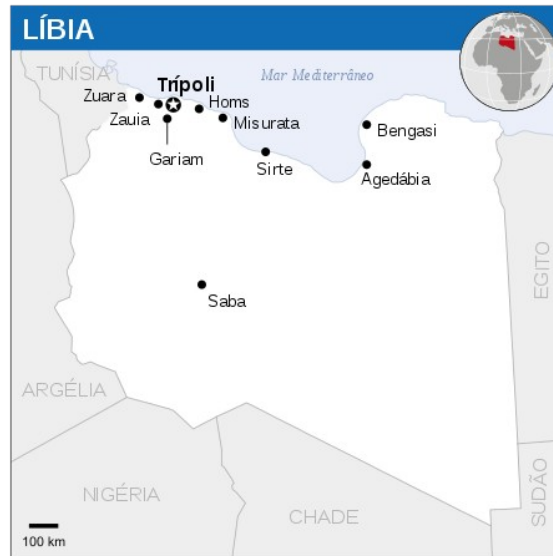


FIGURA 1 – Mapa de localização da Líbia

Fonte: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Libya_-_Location_Map_\(2013\)_-_LBY_-_UNOCHA.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Libya_-_Location_Map_(2013)_-_LBY_-_UNOCHA.svg)>. Acesso em 19 abr. 2020.



FIGURA 2 – Mapa das regiões tradicionais da Líbia

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Map_of_traditional_provinces_of_Libye-pt.svg>. Acesso em 19 abr. 2020.

ANEXO B – GASODUTO E OLEODUTO



FIGURA 3 – Gasoduto submarino *Greenstream*, Líbia-Itália

Fonte: <<https://gulfofmexicooilspillblog.wordpress.com/2011/02/22/gulf-of-mexico-oil-spill-blog-libya-italy-greenstream-gas-pipeline/>>. Acesso em 16 abr. 2020.

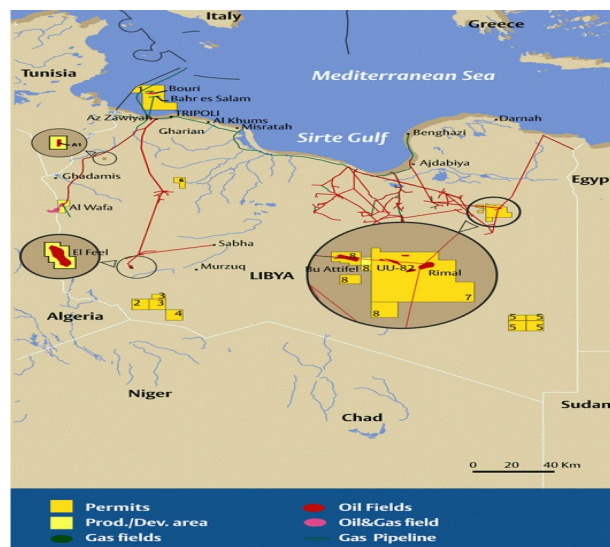


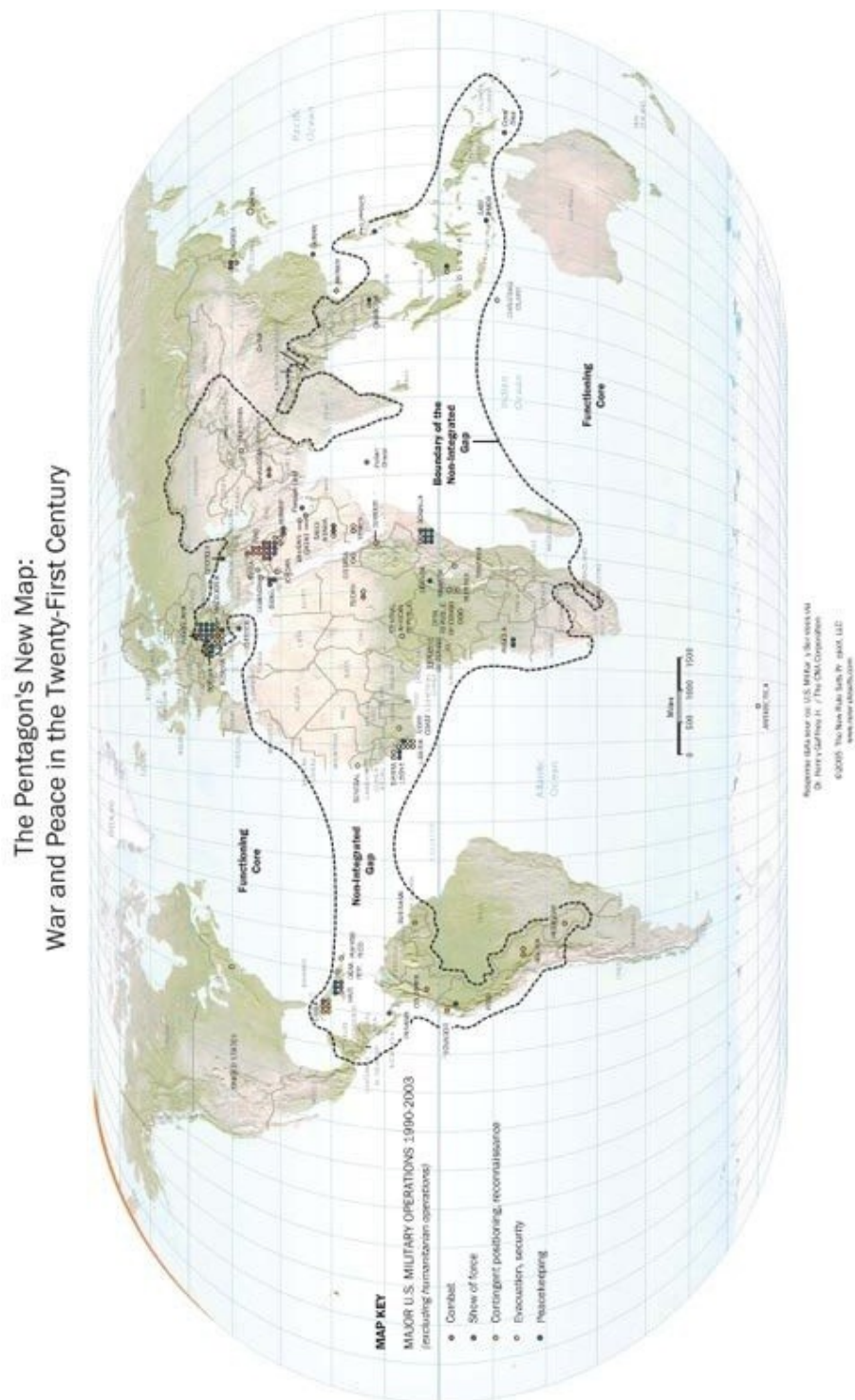
FIGURA 5 – Gasodutos e oleodutos *onshore* e *offshore*, na Líbia

Fonte: <<https://artedeomissao.wordpress.com/2011/05/25/part-2-os-eua-nato-tentaram-golpe-de-estado-na-libia/>>. Acesso em 26 jun. 2020.



FIGURA 6 – Campo petrolífero de Elefante *onshore* em Fazânia, na Líbia

Fonte: <<http://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2011/03/campos-de-petroleo-e-instalacoes-petroliferas-da-Libia-fonte-NOC.gif>>. Acesso em 30 jun. 2020.

ANEXO C – MAPA DO *CORE-GAP*FIGURA 4 – O Novo Mapa Estratégico do PENTÁGONO (*Core-Gap*)

Fonte: <<http://thomaspbarnett.com/globlogization/tag/pentagons-new-map>>. Acesso em 29

abr. 2020.

ANEXO D – GRÁFICO



GRÁFICO 1 – Crises Econômicas Mundiais – Apoio fiscal maior e mais rápido do que em tempo de paz (Gasto Governamental em % do PIB x Tempo em ano)

Fonte: <<https://www.ft.com/content/4d77ab77-0ff0-46ff-b30e-ae712c582457>>. Acesso em 29 jun. 2020.